



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE
DOIS MIL E TREZE.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Agradecia que se fossem sentando para darmos início aos trabalhos porque a agenda hoje é carregada.”

Seguidamente foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Sónia Cristina Correia Martins, o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Aristides Gonçalves da Costa, e o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos por: Sr. António Jorge Duarte Martins, Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, Sra. Rosa Maria Augusto Rodrigues, Sr. Sebastião Monteiro Soares, Sr. António da Silva Antunes, e pelo Sr. Luciano Marques Correia, respetivamente.

A Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales também se encontrava ausente e também apresentou justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido convocada a Sra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Patto, que não compareceu à sessão da Assembleia Municipal tendo igualmente apresentado a respetiva justificação.

Também se encontravam ausentes e igualmente solicitaram a respetiva justificação a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, o Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa e o Sr. Eng.º Rafael Sousa Costa.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

A Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira e o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Feira, Sr. Adelino Nunes Coelho não compareceram à reunião nem apresentaram justificação, pelo que, a Mesa da Assembleia Municipal considerou injustificadas as faltas nos termos da alínea a), n.º1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa submeteu, à aprovação da Assembleia, a ata da reunião ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e treze.

Efetuada a votação, a ata da reunião ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e treze foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu voltava a pedir o favor de não fazerem muito barulho, hoje vêm todos com muita propensão deve ser a euforia de fim de mandato e de muita coisa realizada mas, como disse, a agenda está sobrecarregada. Temos aqui um pedido da Câmara para incluir mais um ponto se os Senhores Deputados Municipais autorizarem e que passará a ser o Ponto XI.

Antes de se efetuar a votação para inclusão do ponto XI pedia ao Dr. Paulo Rocha para dar uma breve explicação sobre o assunto, naturalmente com a autorização do Sr. Presidente da Câmara para sabermos em consciência o que é que vamos votar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“O Ponto que se pede autorização da Assembleia Municipal para a sua inclusão está relacionado com uma declaração de intenção.

A Assembleia Municipal aprovou na Sessão de 22 de fevereiro a implementação de um projeto referente a uma candidatura apresentada à modernização administrativa. A candidatura foi apresentada na primeira fase e não foi objeto de seleção porque não havia dotação orçamental suficiente.

Para esta candidatura é necessário emitir uma declaração referindo que a candidatura à modernização administrativa se revelava importante no contexto da melhoria dos serviços que a própria Câmara presta.

A segunda fase termina amanhã e o que nós precisamos é de uma renovação dessa aprovação para que possamos fazer a sua reapresentação.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Se bem entendi, esta candidatura já foi cá aprovada. Esta nova candidatura foi aprovada hoje em reunião de Câmara. Não gosto muito desta metodologia mas perante os factos também me parece que não devemos prejudicar por causa disso. Assim sendo, passamos à votação da inclusão deste novo Ponto.

Há também uma pequena alteração na documentação de suporte do Ponto IV mas na devida altura serão prestados os respetivos esclarecimentos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Efetuada a votação, a inclusão do ponto XI - Declaração da assunção de compromisso quanto ao caráter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 2ª Revisão ao Orçamento para 2013.

III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de Acordo de Transação com a empresa Águas do Zêzere e Côa.

IV - Autorização, nos termos da alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, para proposta de constituição do direito de superfície, e respetivas condições, e de celebração de contrato promessa com a Associação BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro.

V - Designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica, nos termos do nº 3, artigo 10º, das Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo Jovem.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Geral de Taxas Municipais”.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação do Município de Oliveira do Hospital”.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais”.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos Privados”.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Venda Ambulante e de Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de Caráter não Sedentário”.

XI - Declaração da assunção de compromisso quanto ao caráter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

Dando-se início do Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raul Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Trago hoje três questões muito simples: Começava por felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, pelo atendimento que faz aos munícipes à quarta-feira. Uma obrigação que a Câmara tem é atender os munícipes da melhor forma e prestar-lhes a ajuda que deve prestar, mas, assisti há dias a um episódio que não posso deixar de referir.

Uma Senhora veio aqui, eu via entrar porque estava à porta da Câmara, a Senhora vinha com algum desespero devido à situação que todos atravessamos, uns sofrem mais do que outros, mas a Senhora vinha desesperada. Depois quando saiu disse-me: *“olhe, realmente a Câmara e o Sr. Presidente não me deu nada que alterasse a minha situação mas deu-me palavras de conforto, deu-me alguma esperança e eu vou daqui de uma forma diferente.”*

Eu queria realçar isto porque na verdade este tipo de atendimento e eu tenho ouvido vários comentários sobre o tipo de atendimento que o Sr. Presidente faz às quartas-feiras que é extremamente importante nomeadamente na altura de crise que estamos todos a atravessar.

Há situações dramáticas e há situações que só quem as vive é que pode avaliar o dramatismo que isso tem. Algumas palavras pelo menos de esperança renovam o ânimo de vida e renovam a esperança para continuarem a lutar por alguma coisa para a sua vida.

Queria também felicitar a Câmara por mais uma edição das marchas populares. Este ano houve menos marchas mas verificou-se que houve qualidade. Estou particularmente satisfeito porque tinha duas marchas da minha Freguesia de Lagares de Beira. Houve aqui um acontecimento que foi a falta de luz mas foi resolvida, mas quero felicitar a Câmara Municipal porque as marchas populares foram mais um êxito.

Agora trago um problema menos agradável que é o problema das ETAR’s. Em Lagares a ETAR está a funcionar muito mal.

Eu sei que à Câmara Municipal isto lhes está a custar muito mais dinheiro, mas gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse quanto é que pagava antes de faturação pela manutenção das ETAR’s e quanto é que paga hoje.

Na verdade o serviço que a empresa está a fazer às ETAR’s não é um bom serviço. Lagares neste momento tem um problema com os cheiros, tem dias que é insuportável. A ETAR está mesmo a funcionar mal. Já se fizeram os ofícios necessários. O Sr. Presidente da Câmara já entrou em contacto com a empresa Águas do Zêzere e Côa. Sabemos que a manutenção não é da responsabilidade da Câmara, mas deixava aqui um apelo e desejava que o Sr. Presidente nos esclarecesse relativamente a esta matéria porque isso preocupa a Freguesia.

Eu penso que há mais ETAR’s nestas condições. A Câmara está a pagar mas também as Águas do Zêzere e Côa devem prestar um bom serviço, pelo menos de manutenção.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não tinha combinado nada com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, mas trago aqui o mesmo problema.

A ETAR de Alvoco das Várzeas em termos de cheiros não está assim tão desorganizada mas, temos alguns problemas e por isso a Junta de Freguesia de Alvoco vinha pedir ao Sr. Presidente da Câmara que solicitasse à empresa Águas do Zêzere e Côa em que ponto se encontra a finalização das obras da ETAR e acabamentos circundantes prometidas em várias reuniões conjuntas onde esteve presente a administração dessa empresa, o Sr. Presidente da Câmara e alguns Vereadores, Junta de Freguesia, Águas de Portugal, elementos do grupo Salvem Alvoco e população da Freguesia.

Como foi bastante noticiado houve um grupo de Alvoco das Várzeas que contestou bastante esta construção/localização, foi essa a razão das várias reuniões para dizer a esse grupo que a localização reunia as condições para essa construção, prometeram depois das alterações que as Águas do Zêzere e Côa prometeram nessas reuniões, que embora discordassem iriam estar atentos a essas promessas, por isso puseram uma providência cautelar para que a empresa Águas do Zêzere e Côa e Águas de Portugal não falhassem com as promessas.

Ora, no dia doze deste mês esteve na ETAR uma delegação fiscalizadora onde estavam presentes representantes das Águas, da Quercus e o grupo Salvem Alvoco. Descobriram, segundo alguns comentários, que havia algumas anomalias que teriam que ser corrigidas e que faltam muitas promessas feitas então, como; Acabamento da boca de lobo, correção nos emissários de passagem de afluentes e águas pluviais, tratamento terciário e componentes que fazem parte desta infraestrutura, arrelvamentos e plantações de árvores adequadas ao espaço e arruamentos circundantes.

Corre também entre as pessoas da Freguesia que seja analisada uma situação de água com espuma que se encontra na queda do açude que se encontra a montante onde se encontra a boca de lobo. Com certeza que não será da boca de lobo, mas poderá ter algumas razões.

Sr. Presidente, antes que o grupo Salvem Alvoco se torne maior porque se este problema se mantiver não haverá a menor dúvida que este movimento se vai intensificar por razões óbvias e quero dizer-lhe que embora saibamos que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não tem responsabilidades diretas neste caso acredite que é à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e à Junta de Freguesia que vão imputar essa responsabilidade, especialmente nesta fase.

Sr. Presidente, temos que dizer, com razão, que o Vale do Alva e do Alvoco é a zona mais bonita do Concelho e a melhor para implementar o Turismo. Aproxima-se a época em que se vai invocar este *slogan* mas temos que ter cuidado para não sermos confrontados com algumas contradições.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por tudo isto pedia ao Sr. Presidente que numa próxima reunião das Águas do Zêzere e Côa não se esquecesse de lembrar a instituição da resolução deste problema, embora a grande parte da administração ter sido substituída julgo que para as pessoas de bem devem ser respeitados compromissos de administrações anteriores.

Como o Sr. Presidente da Câmara sabe foram prometidas estas infraestruturas e foi com essas promessas que algumas pessoas do movimento não fizeram mais pressão. Sabemos que neste momento as coisas estão por acabar. Sei que o Sr. Presidente tem trabalhado neste assunto mas pedíamos-lhe que fosse mais pressionante perante as Águas do Zêzere e Côa para que o nosso problema seja resolvido o mais breve possível.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira:

“Hoje trago aqui dois assuntos ligados ao executivo da Junta de Freguesia e começava por fazer um esclarecimento porque penso que é importante. Ainda mais pelo momento que se aproxima.

Se há coisa que eu não gosto é de oportunismo político principalmente baseado em falsos argumentos.

Aquando do último ano do anterior executivo foi-nos (porque eu era membro) apresentado na Assembleia de Freguesia a possível aquisição de uma nova sede para a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Na altura, chumbei esse pedido e justifiquei porquê, assim como outros membros da Junta de Freguesia, se bem que, essa proposta foi aprovada tendo em conta que o executivo de então estava em maioria.

Posteriormente vieram as eleições e não se tinha consumado essa nova sede.

Havia uma promessa do então Presidente do Município que iria adquirir uma fração no valor de cem mil euros, tudo isto consta em ata, e que posteriormente iria doar à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital.

Não se consumou antes e à posteriori, depois do Prof. José Carlos Alexandrino ter tomado posse, o próprio empreiteiro veio ter comigo, e eu disse que não podia fazer nada porque a Junta não tinha capital para adquirir tal fração e a única possibilidade era falar com o Executivo Municipal e se nos doassem o imóvel a Junta iria recebe-lo de bom-tom. Se bem que, continuo aqui a dizer, fui contra e justifiquei o porquê e continuei contra, até porque o Prof. José Carlos chegou a perguntar-me se haveria interesse no Executivo e eu disse-lhe que não, porque no novo edifício o arquivo teria que ficar no anterior edifício da Junta e não teria lógica nenhuma.

Mais recentemente viemos a saber que é dito por algumas pessoas que a Câmara Municipal nos deu os cem mil euros. O que é pura mentira!

Além de dizerem que a Câmara nos deu os cem mil euros também dizem que os gastámos. O que é ainda mais grave!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Felizmente este executivo vive de transparência, não esconde nada, aliás, faz questão de levar estes e outros assuntos de forma bem transparente a todas as Assembleias.

Disponibilizamos matéria a todos os níveis, escrita ou de outra forma, e quando questionado eu justifico sem qualquer problema. É, se calhar, por isso que temos cerca de noventa e tal por cento de votações por unanimidade e poucas ou nenhuma abstenções tivemos e nunca tivemos votos contra.

Quero aqui esclarecer que Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital nunca recebeu cem mil euros, mas, pelos vistos isto tem servido e mais recentemente de um oportunismo e não sei porquê porque não se justifica e penso que era de evitar.

O segundo assunto que aqui trago hoje, e porque foi trazido a uma reunião de Executivo por um Vereador, e também em nome da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, queria aqui deixar uma explicitação: Isto tem a ver com a reunião anterior e passo a ler:

As acusações do Sr. Vereador do PSD para além de não fazerem qualquer sentido são de um absurdo total que pretendem, a penas e só, colocar em causa uma iniciativa de já reconhecido sucesso e neste caso ao mesmo tempo a solidariedade social que se gerou em relação a uma das mais importantes instituições de apoio a pessoas portadores de deficiência do Concelho de Oliveira do Hospital, a ARCIAL, que a todos deveria merecer o máximo respeito.

1 – A parceria de colaboração com a Delta Cafés, Grupo Nabeiro, foi efetivada de forma pública e transparente, mediante a assinatura de um protocolo entre as duas partes, no dia em que oficialmente a Freguesia de Oliveira do Hospital apresentou o evento Há Festa na Zona Histórica.

Pública porque nada tinha a esconder e tudo tinha a revelar de útil e positivo para a comunidade Oliveirense, seja para o comércio local, seja, nesta caso específico, para a instituição ARCIAL.

2 – Este compromisso mútuo, além de público e transparente, revela a capacidade que a Freguesia de Oliveira do Hospital tem tido de juntar novos parceiros para darem cada vez mais força e projeção às suas iniciativas com a virtude de que enquanto apoia o comércio local da cidade, simultaneamente envolve e apoia as suas Associações e Instituições, contando ainda com o seu contributo para a promoção de Oliveira do Hospital.

O que há nisto de criticável?

Para que se fez politiquice barata e avulsa com isto?

A Freguesia de Oliveira do Hospital lamenta este tipo de atitudes que em nada contribuem para o bom nome de Oliveira do Hospital, da sua cidade, dos seus comerciantes, das suas Associações e Instituições, das suas gentes. Denominam-se este tipo de atitudes negativas, de fazer política pela política, aquelas que os cidadãos rejeitam e que em nada credibilizam a política de representatividade local.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3 – Aquilo que a Freguesia de Oliveira do Hospital pretendeu fazer e vai continuar a fazer é envolver novos parceiros com o intuito sempre de fazer mais, bem, e melhor, por Oliveira do Hospital.

4 – Como tal, queremos também desta forma louvar a disponibilidade da Delta Cafés, Grupo Nabeiro, por aceitar colaborar com a Freguesia de Oliveira do Hospital neste evento e neste projeto.

Queremos louvar a Delta Cafés, Grupo Nabeiro, por ser uma empresa com responsabilidade Social. A primeira na Península Ibérica a ver reconhecido esse estatuto oficialmente.

Queremos louvar a disponibilidade da Delta Cafés, Grupo Nabeiro, por apostar na projeção da muito nossa “Há Festa na Zona Histórica” e dar apoio ao nosso comércio local.

Queremos louvar a Delta Cafés, Grupo Nabeiro, por estar disponível para contribuir no gerar de mais-valias financeiras que serão transformadas, após este evento, em apoio solidário e neste caso à ARCIAL.

5 – A sensação que fica das declarações do Sr. Vereador do PSD é que estas atacam mais os benefícios que a ARCIAL e o nosso comércio local vão obter com esta parceria do que propriamente as críticas infundadas que fez ao trabalho da Freguesia de Oliveira do Hospital.

6 – Para que saiba, a Freguesia não entra nem entrará em conluio nem em perseguições a ninguém.

Temos é um sério compromisso com o desenvolvimento e apoio às Instituições e Associações da Freguesia.

Com transparência e sentido solidário cá estaremos para continuar a trabalhar, e tudo fazer para fazer bem, por quem mais necessita. É isto que nos motiva.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco do Amaral Antunes Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu também venho falar no assunto da questão da ETAR de Alvoco. Tivemos conhecimento esta semana que há umas espumas muito estranhas no rio Alvoco junto ao Açude da Moenda.

Foi feita uma queixa ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - SEPNA e também foi comunicado à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Mais uma vez venho pedir à Câmara Municipal para intervir com afinco para que este assunto se resolva porque é um assunto muito preocupante e acho que a questão das águas e do tratamento das águas deve ser um pilar da nossa sociedade.

Se nós não temos as águas tratadas e se não temos água como deve ser o que é que nós podemos vir a ter.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também sei que continua a haver problemas com outras ETAR's. Continuam-me a chegar queixas relativamente ao funcionamento da ETAR daqui de Oliveira do Hospital, relativamente a cheiros.

O Sr. Presidente da Câmara tem que intervir antes que o problema se agudize ainda mais porque é de facto muito preocupante.

Também gostava de trazer aqui uma proposta. Vale o que vale, mas estes espaços também servem para isso, para que nós fazermos propostas e para que umas com maior importância estrutural outras com menor importância, mas, talvez, com grande importância direta para os cidadãos.

Acho que Oliveira do Hospital precisa urgentemente que as suas entradas sejam requalificadas. Está ali aquele espaço junto ao rio de cavalos há anos abandonado, parece-me que é privado, onde estacionam carros. A Câmara poderia intervir de forma a comprar e arranjar aquele espaço e fazer ali um estacionamento. Não sei se isso é possível, mas é um mau aspeto que ali está.

A cidade está no seu todo bastante bem arranjada. Não posso deixar de dizer que os jardins estão bonitos e as flores estão bonitas e aquilo ali está muito feio e devia ser arranjado.

Assim como, também, o que já foi várias vezes falado. A ligação à Bobadela.

Continua a não haver passeios ali naquela zona do Transval e também, aquelas vivendas, aquelas casas, e aqueles bairros não têm ali uma ligação condigna ao centro da cidade, por isso, eu deixava a proposta e ainda ia mais longe, que era, também, e fica a proposta para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que era fazer ali uma ciclovia, uma pista pedonal.

É possível fazer ali uma pista pedonal que ligue Oliveira do Hospital à Bobadela.

Cada vez mais as pessoas gostam de passear e ali acho que era possível fazer uma pista com três metros de largura para poderem andar as bicicletas e para se poder andar a pé e para aproximar a Bobadela a Oliveira do Hospital.

A Bobadela poder ser um grande centro de desenvolvimento turístico mas também tem que ter dinamismo, tem que ser dinamizada para funcionar.

Falando da Bobadela, também não posso deixar de voltar a lembrar a questão do Centro de Interpretação.

Eu vejo Centros de Interpretação em todo o lado, e porque é que o Centro de Interpretação da Bobadela não funciona?

Não consigo perceber!

Eu ainda há pouco tempo estive numa visita privada a uma pequena aldeia no Concelho de Foz Côa que é Numão. Numão tem um Centro de Interpretação lindíssimo a funcionar. Também em Freixo de Numão, que é outra freguesia próxima (10 km), outro Centro de Interpretação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vai havendo estes Centros de Interpretação e a Bobadela tem tudo para ser um grande polo de atração turística, tem é que ser dinamizado e portanto é fundamental que o Centro de Interpretação da Bobadela funcione.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por me congratular, uma vez que isto é importante para o País todo, pela forma como decorreu hoje a Greve Geral, nomeadamente pelos números que apresentaram. Espero que isso sirva para mudarmos de política neste País.

Trazia aqui duas ou três questões muito concretas. Como se sabe hoje em dia é tão importante como fazer, e às vezes é preciso chamar à atenção para que aquilo que se faz se veja, e há aqui pelo menos três planos que são muito importantes, e que têm sido muito importantes na atividade desta Câmara Municipal, e que por vezes não aparecem devidamente.

O primeiro tem a ver com os Ativos Sociais. Como se sabe isto foi um programa criado pela Câmara Municipal e que já ocupou, ou já ocupa, noventa e um postos de trabalho no Concelho, através de afetação às IPSS, às Juntas de Freguesia ou às Associações.

Segundo li há dias há intenção da parte da Câmara de estender esta atividade a outros serviços.

Eu queria deixar a questão ao Sr. Presidente da Câmara: Para quando o alargamento dos Ativos Sociais às empresas?

O Serviço que eu queria referir muito positivamente é a atividade pró-ativa da Biblioteca Municipal.

Eventualmente, muita gente não terá conhecimento das atividades da Biblioteca Municipal porque vejo lá quase sempre as mesmas pessoas embora sejam muitas.

A Biblioteca tem tido uma atividade muito meritória, recentemente. Recentemente, uma vez que não foi o arranque no início do mandato, demorou algum tempo para atingir alguma velocidade. Nós, hoje em dia vemos ali a apresentação de livros de autores, homenagens, recordatórias de figuras de dimensão nacional.

Com a Biblioteca Municipal têm trabalhado os Rotários, a Universidade de Terceira Idade e tem havido um número muito significativo de livros emprestados.

Eu diria que, a Biblioteca Municipal é já hoje uma referência muito importante neste Concelho, essencialmente porque os Senhores Funcionários que lhe estão afetos estão muito motivados, e parece que foram mesmo escolhidos para a função. São pessoas muito interessadas. Eventualmente a isto não será estranho o empenhamento da Sra. Vereadora, Prof. Graça Silva.

Dentro deste contexto eu queria deixar um elogio público à forma como decorreu a Feira do Livro, em parte organizada pela Biblioteca Municipal, um evento que correu de uma forma muito, muito positiva e cujo resultado da Feira do Livro se traduziu num apoio ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comércio e em particular às livrarias e papelarias. Este é um bom trabalho que está a ser feito e que merece o nosso apoio e que merece que a Biblioteca seja muito mais frequentada e muito mais apoiada porque, como eu disse há pouco, lamento e tenho pena que as pessoas, embora sejam muitas, mas as pessoas que por lá vejo são sempre as mesmas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Eu era para ter entrado à meia-noite e um segundo mas considerando que isto não é uma atividade profissional, estou aqui.

Eu sei que iam sentir a minha falta!

Creio que a marcação desta Sessão para uma noite de quinta-feira com uma ordem de trabalhos com tantos Pontos, na sequência de uma grande Greve Geral em que muita gente, muitos trabalhadores estiveram em luta contra este programa de desastre nacional do Governo e das Troikas e, portanto, por um futuro que tenha algum futuro neste País.

Vocês riem-se. A malta risse!...

Eu ando aqui há anos a explicar e vocês riem-se. O problema é que eu também pago!

Se pagassem só vocês era bestial. O problema é que eu também pago e sinceramente não tenho a culpa!

Vocês já viram como é que está o descalabro do nosso País?

Vocês já se aperceberam do sofrimento, do drama de tanta gente, de tanta família para grande gáudio, para encher o bolso a meia dúzia de banqueiros vigaristas e outros tantos que os servem no Governo e na Presidência da República que não são menos!

Vejam como é que estão os dados da dívida, dos juros, do défice, mas a gente precisa de levar, levar, levar em cima, para perceber que de facto estamos a ser enganados e a ser roubados! Completamente às escâncaras.

Temos todas as razões e mais algumas para fazer a Greve Geral, para correr com esta gente para a China porque eles gostam da China.

Eu pago cem euros para um bilhete só de ida para essa malta que anda aí a dar cabo da nossa vida e a infernizar a vida à gente. Chega!... Basta!...

Eles não de ir para a sarjeta tal como foram outros mas, isto já demora e é sofrimento de mais.

A propósito da marcação desta Sessão eu até podia ler uma ata de alguns anos atrás e citar o Dr. Rodrigues Gonçalves, mas não o fiz.

Quando ele se insurgia contra as Assembleias serem à sexta-feira à noite.

Já não vou citar aquelas que são sobre o Clube de Bilderberg porque desta vez quem lá foi, foi o Seguro e o Portas por mão do Dr. Pinto Balsemão. Tudo boa gente! Bons rapazes!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Está em marcha, e de certa forma já quase que incontornavelmente, pelo menos no curto prazo, esta brincadeira da agregação da extinção das freguesias. Mais um motivo para a gente correr com esta rapaziada que contra tudo e contra todos, contra ventos e marés impuseram mais este atentado à democracia, aos direitos das populações, às freguesias, aos serviços públicos de proximidade, etc.

Mas, como esta lei, deste Governo e do seu cúmplice Presidente da República, foi feita por homens e mulheres, homens e mulheres também a podem modificar, e hão de modificar no futuro, porque a luta continua e a luta dos povos não para.

Mas, provavelmente a vinte e nove de setembro, e até nos anteciparam o mandato em quinze dias com a marcação para vinte e nove de setembro, e vamos ter algumas dessas eleições no nosso município, para além das outras no País inteiro mas, como eu disse, homens e mulheres poderão, depois, voltar a corrigir estes atropelos que esta gente anda a fazer.

Depois, a questão do Agrupamento Único no nosso Município. Reparai que, quando aqui se falou e se disse que a constituição de um Agrupamento Único, para além de ir contra a vontade da comunidade educativa, a esmagadora maioria da comunidade educativa, das Autarquias no nosso Município, já está a ter más consequências. Não foi preciso esperar para ver quem é que tinha razão, não foi preciso esperar muito.

Eu falo, por exemplo, do ex-Agrupamento de Escolas da Cordinha. Eu fazia parte do Conselho Geral e depois da constituição da Comissão Administrativa Provisória (CAP) do Agrupamento Único já há funcionários que trabalhavam lá, que têm que vir trabalhar para Oliveira do Hospital, como vão fazer trinta quilómetros ou mais e ainda lhes aumentaram uns impostos de prémio. A seguir vão ser os Professores que estão em Penalva e depois irão até ao Ervedal, fazer trinta e cinco quilómetros para um lado e trinta e cinco quilómetros para o outro, aumentam-lhes os impostos, reduzem-lhes os salários, aumentam-lhes os horários de trabalho, depois há de ser, e isto é menos visível, a própria degradação da qualidade do ensino. Vamos ter turmas de trinta alunos, a curto prazo.

E reportando-me também ao ex-Agrupamento de Escolas da Cordinha, aquele que era o Presidente do Agrupamento de Escolas da Cordinha agora é Vogal. Foi promovido a Vogal da Comissão Administrativa Provisória. Era Presidente, foi promovido a Vogal e já cá está também, pelo menos a meio tempo, aqui, em Oliveira do Hospital, a trabalhar na sede do Mega Agrupamento.

A trinta de abril, as contas bancárias foram canceladas e passaram para a conta da Comissão Administrativa Provisória. Ou seja, os dirigentes, a direção do ex-Agrupamento de Escolas da Cordinha que inclusivamente foi amealhando dinheiro à custa das iniciativas próprias, da rubrica chamada privativa, oito mil e setecentos euros. Esses oito mil e setecentos euros já transitaram da parte privativa, daquilo que foi feito, ganho com iniciativas da escola, já transitaram para a conta daqui, ou seja, já vai ser a Comissão Administrativa Provisória que vai decidir onde e como é que esse dinheiro vai ser gasto. Dinheiro que foi ganho lá pelo pessoal, pelos pais e Encarregados de Educação, Professores, etc. Iniciativas várias. Tudo isto já são más consequências dessas péssimas opções que foram feitas e portanto, a cada um, agora, as suas responsabilidades e cá estaremos para lhas assacar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalmente temos aí a andar a adjudicação, ou próximo disso, do Projeto das Eletrificações Rurais em que a Freguesia de Vila Franca da Beira também está incluída.

Lembrar que precisamos que seja iluminada aquela parte da estrada até à rotunda porque mesmo no verão quem lá passa às cinco e meia da manhã e há nevoeiro, aqueles nevoeiros matinais, quem lá passa cedo vê, que aquela divisória fica com dificuldade de se ver sobretudo se vier um carro em sentido contrário e torna-se perigoso. Naquela estrada que, eu lembro também aqui, durante anos se falou de que era necessário introduzir fatores físicos que obrigassem a reduzir a velocidade e a mobilizar a atenção dos automobilistas, e que durante anos foi preciso aqui andar a discutir e andar com discussões até aborrecidas e que desde que foram introduzidos deixou de haver os acidentes. Portanto, tínhamos razão quando se reclamou. Esperamos não vir a ter razão pelos piores motivos se isto entretanto não for feito. Eu repito da luz.

Por último dizer que em Vila Franca da Beira ainda estamos com vontade e com esperança de avançar com o projeto de recuperação urbanística da zona em frente à Capelinha Mortuária.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão da reunião no dia de hoje queria dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira que o Grupo do PS já reclamou ao Presidente para que sejam feitas ao sábado.

Também queria informar que o Sr. Eng.º Rafael Costa também me enviou um *mail* de reparo sobre isso.

A posição do Presidente da Assembleia é que as reuniões da Assembleia Municipal se farão quando a Assembleia quiser. Por mim pode ser ao domingo, à meia-noite, às três da manhã, não tenho problema nenhum. Sei que tenho que estar amanhã às nove horas no Tribunal da Covilhã mas, se for direto não há nenhum problema.

Estamos no fim do mandato, esta é a penúltima reunião. Na próxima, se cá estivermos, e se calhar vamos cá estar muitos, mas por uma questão de humildade democrática vamos esperar para ver o que é que acontece, e se eu cá estiver, se calhar, numa das primeiras reuniões vou pôr esse assunto à discussão porque há Assembleias que reúnem aos dias de semana e a Câmara paga.

Aqui havia o bom hábito de fazer as reuniões a uma hora que não fosse um custo para o Município.

Não serei eu a alterá-lo mas, como digo, o Presidente da Mesa faz aquilo que a Assembleia quiser.

Amanhã, há aqui em frente os festejos e foi esse o motivo porque se decidiu fazer hoje a reunião da Assembleia. Já foram dois anos dessa má experiência.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bem sei que nunca se agrada a toda a gente. Sei que não é um bom dia porque amanhã as pessoas trabalham, tenho a noção disso, mas tentou-se conciliar desta forma, excepcionalmente, porque como sabem as reuniões são sempre marcadas à sexta-feira ou sábado e assim será no futuro, se eu cá estiver.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve. Tinha aqui duas ou três questões a pôr.

Foi falado aqui há um tempo atrás na hipótese do Município proceder à implementação de um programa que penso que terá o nome de Programa de Município Perto de si que seria um programa para aproveitar o programa governamental do Emprego Jovem a fim de colocar jovens em cada uma das Freguesias do Concelho no sentido de se começar a proceder a alguma descentralização de alguns serviços da Câmara para as sedes das Juntas de Freguesia. É um programa que eu vi com bastante interesse porque por um lado tenta-se dar alguma resolução possível na empregabilidade dos jovens mas também tem a ver com o acesso às populações em termos de proximidade com as Juntas de Freguesia, o acesso a alguns serviços que a Câmara Municipal tem e que evitaria que as populações se deslocassem a Oliveira do Hospital para resolverem alguns problemas.

É só para saber em que ponto é que está esse programa. Se será para breve. Penso que é um programa de todo o interesse e gostaria de saber qual é o ponto de situação?

Outra questão tem a ver com aquilo que se está a passar em Ervedal da Beira, os Técnicos da Câmara já têm conhecimento daquilo que se está a passar e penso que o Sr. Presidente também, que foi nas obras de requalificação da Av. D. Manuel I junto ao jardim António Correia Gouveia, onde os terrenos por deficiente construção e por deficiente compactação de terras, existem neste momento duas vagas no pavimento que estão fundas e que estão a constituir um perigo para os automobilistas que ali passam e inclusivamente temos ali um estabelecimento logo a seguir e pode causar-se ali problemas sérios se houver um despiste ou outro problema qualquer. Era bom que com urgência isso fosse visto, porque tanto quanto eu sei, a obra ainda não foi entregue pelo empreiteiro à Câmara Municipal. Penso que era bom que o empreiteiro fosse rever aquela situação.

Outra situação que eu queria aqui salientar e saber qual o ponto da situação era em relação aos percursos que se têm já andando a preparar há já algum tempo a nível da Cordinha e que abrange a Freguesia de Seixo da Beira, Vila Franca da Beira e Ervedal da Beira. São quatro percursos pedestres. Dois na Freguesia de Seixo da Beira, um na Freguesia de Ervedal da Beira e outro na Freguesia de Vila Franca da Beira. Tanto quanto eu sei, o projeto foi feito, está definido, e era para saber qual é que seria agora o passo seguinte relativamente a esses percursos pedestres? Eu penso que, é igualmente uma iniciativa que tem todo o interesse para toda aquela parte Norte do Concelho. Uma parte Norte desertificada e que nós temos que tentar e penso que a Câmara Municipal também, aliás foi esse o espírito que esteve na mente dos Presidentes de Junta como também da Comissão Social Inter-Freguesias da Cordinha. No fundo é atrair ali através de algum possível turismo atrair gente à Cordinha para animar toda esta zona e também algum comércio local.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vou acabar referindo que, porque penso que o João Dinis no essencial já o disse, o Mega-Agrupamento do Município de Oliveira do Hospital, para além dos prejuízos que efetivamente já estão a existir, estão a existir a nível dos funcionários que foi logo a parte mais visível.

Tanto quanto eu sei, neste momento, há uma grande confusão nomeadamente aqui, ao nível da sede do agrupamento. A confusão é grande, ninguém se entende. As diretrizes parecem que não são as melhores.

Os pais tardiamente se aperceberam, porque acho que no início não se aperceberam bem das consequências que isto vai trazer, e as consequências vão ser gravosas para toda a gente, sem exceção. Vão ser gravosas por uma atitude e por uma resolução, que eu considero a pior resolução que nos últimos anos aconteceu no Concelho de Oliveira do Hospital, tomada por alguém responsável a nível Governamental ou com ligações ao Governo. As vozes que hoje dizem que foi a melhor atitude eu espero bem que essas mesmas vozes as possa ouvir daqui a algum tempo a dizerem ou a reconhecerem que efetivamente estavam errados. Porque eles vão estar errados. Os responsáveis que fizeram isto vão estar errados e estão errados porque inclusivamente já hoje existem pais que tomaram consciência, ou que estão a tomar consciência daquilo que se vai passar. Das consequências que isto vai ter. Inclusivamente já estão a tirar alunos e eu refiro-me exatamente ao ex-Agrupamento de Escolas da Cordinha. Já estão a tirar alunos daquela escola para os pôr em Oliveira do Hospital. A consequência que isto vai ter, se isto continuar, a nível do Concelho é que nós vamos ter muito em breve estas escolas fechadas e não vai demorar muitos anos. As consequências mais gravosas vão ser essas, para além de todos os prejuízos e de todos os sacrifícios que vão existir, quer para alunos, quer para professores, quer para os pais. Isto vai ser muito grave.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Três notas iniciais: Duas em que vou dar alguma razão ao meu amigo João Dinis.

A primeira tem a ver com a marcação das Assembleias Municipais e que, tal com o Dr. Gonçalves, sempre se bateu aqui para que elas fossem ao sábado, no mandato anterior, também eu o fiz mas, no atual mandato sou eu o único a bater-me para que elas sejam marcadas ao sábado.

Hoje foi a uma quinta-feira, tem a justificação das festas da cidade, organização a que eu desde já quero dar os parabéns mais uma vez nomeadamente ao Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, e espero que a última seja a um sábado.

A segunda, é que, de facto, também aqui o João Dinis tem razão quando diz que é preciso correr com estes Senhores que estão no Governo. Estes Senhores do PSD e CDS.

O que o João Dinis se esquece é que estes Senhores só lá estão porque o PC, entre outras forças partidárias, chumbaram o tal mal fadado PEC IV, obrigando a novas eleições, eleições antecipadas, que deram origem a um Governo PSD/CDS.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em terceiro, é só uma chamada de atenção à Câmara em relação à sinalética das lombas na estrada de Oliveira do Hospital para Lagares da Beira que só está avisada a primeira lomba. Entre a primeira lomba e a segunda há um entroncamento e posteriormente não há mais nenhum sinal. Estou só a chamar à atenção porque já muitas pessoas que vêm cá pela primeira vez reduzem a velocidade para a primeira e para a segunda aceleram e passam com a mesma velocidade na segunda.

Mas em relação ao que me trazia aqui, há um título engraçado que é: *JSD – Juventude Social Democrata, satisfeita por cancelamento de tourada em Oliveira do Hospital.*

Eu não sabia que ia haver uma tourada em Oliveira do Hospital, mas é uma notícia espantosa de quem nada mais tem que fazer politicamente. Enfim!

Deixamos uma sugestão à JSD e ao próprio PSD. Leiam e façam política a sério de forma séria e não inventem assunto, ou será que os dirigentes do PSD já só fazem política criando e alimentando mentiras e falsas notícias que estão bem ao nível da falta de credibilidade política desses mesmos dirigentes?

Ou, será que perante o descalabro e a ineficácia da política do PSD que se repercute na sua candidatura autárquica, estes dirigentes já só pensam em fazer touradas políticas?

Note-se que, em qualquer dos casos, a mentira repetida e insistente com fins de demagogia, meramente demagogia política, é um triste espetáculo e um mau serviço ao Concelho. Aliás, que problemas, o atual PSD de Oliveira do Hospital, já se propôs resolver no Concelho? Nenhum! Até agora só os criou e multiplicou. Veja-se o caso do abate das Freguesias e da extinção de quatro Agrupamentos de Escolas. Problemas criados às pessoas, às empresas, e às instituições. Sendo responsável pelo período mais negro da Governação desde o 25 de Abril.

Em nome da responsabilidade e da seriedade, deixem de inventar touradas.

A Câmara nunca ponderou sequer a possibilidade de acontecer qualquer evento taumático em Oliveira do Hospital.

Estejam na política e façam política, é o concelho que vos deixo, de forma séria honesta e construtiva.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Deputada Arq.^a Élia Sofia Duarte Feiteira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho hoje aqui falar de um tema que já foi abordado anteriormente. Trata-se do Programa o Município Perto de Si.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital anunciou o Projeto Município Perto de Si. Pareceu-me uma boa medida. Apenas queria colocar algumas questões, nomeadamente, como é que vai funcionar?

Será primeiramente implementado nas Freguesias que foram extintas pelo Governo?

Que serviços vai Contemplar?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando será lançado e iniciado?

Um segundo tema que trago aqui hoje é sobre as AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular. Atualmente as AEC consistem num período de duas horas entre as quinze e trinta e as dezasseis e trinta, preenchido por atividades como Inglês, Educação Física, entre outras, assegurado pelos Municípios. No início do Mês de maio foi avançada a hipótese dos pais serem chamados a pagar metade das AEC. O Ministro de Educação e Ciência, Nuno Crato, chegou a afirmar que essa era uma hipótese que não estava excluída.

Passados alguns dias foi publicada a seguinte declaração:

“Todo o período diário será dividido em duas partes uma primeira assegurada pelo Ministério, até às dezasseis e trinta, e outra parte designada por Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC que será assegurada pelas várias entidades promotoras que já estão previstas neste momento. As famílias não terão que pagar pelas AEC e a inscrição continua a ser facultativa.” Resumindo, o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho.

Estas Atividades de Enriquecimento Curricular proporcionam um ensino da disciplina de Inglês, Atividade Física e Áreas de Expressão como: Ensino à Música, Expressão Plástica, e TIC, que dão trabalho a mais de cinco mil professores.

Com esta decisão do Governo percebemos que se trata de mais uma medida que é, nem mais nem menos, o remendar de um lado e abrir buraco do outro, numa manta de retalhos que está cada vez mais pequena e esburacada, tal como a economia do nosso País.

Terminou o ano letivo e inicia-se a preparação do próximo e temos que perguntar: Afinal em que é que ficamos?

Há AEC ou não?

Como vão funcionar?

Quem paga e quem promove?

Como serão feitos os horários?

Haverá professores interessados a aceitar horários com apenas cinco horas semanais?

Estamos no final de junho e as propostas de horários de AEC pela tutela são solicitados com prazo limite até meados de julho e até agora nada se sabe. Como é que pode trabalhar assim uma escola?

É desta forma que é tratada a educação neste País!

Quero-me solidarizar com os docentes que no próximo ano letivo não têm emprego, com os docentes que não sabem se vão ter, com os docentes que têm o mesmo emprego mas que infelizmente temem todos os dias a incerteza de amanhã mas, também me quero solidarizar com as famílias na exigência de uma educação pública de qualidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Há um tema que hoje trago aqui que penso que é grato a nós todos e que mexe com todos nós, especialmente com aqueles que aqui estão, que são aqueles que andam na estrada todos os dias no sentido para Coimbra ou de Coimbra para cá como me aconteceu hoje a mim e outros.

Saiu uma notícia nos jornais a dizer que “*as Estradas de Portugal lançaram dezoito concursos para conservação corrente*”. Surpresa nossa e minha mas, eu penso que é de nós todos que estamos aqui, que nos devemos interrogar e se calhar revoltar. Porque é que nesta conservação não consta a EN17, que está esburacada, que está com lombas, que está sem sinalização como falava o meu colega de bancada?

Eu pergunto a nós todos: Isto é o modo de tratar o nosso Concelho? É o modo de tratar a interioridade? É o modo de nos tratar a nós todos? De certeza absoluta que não é.

Nós ouvimos do Governo, a alguns tempos atrás, que ia apostar nas obras de proximidade e nas vias de comunicação de proximidade. Não é desta maneira que o Estado o está a fazer. Está a pôr Oliveira do Hospital fora do mapa e está a riscar Oliveira do Hospital do mapa de Portugal.

Continuamos com uma estrada, como disseram já alguns, do tempo dos reis e não se percebe porque é que isto acontece!

Eu de certa maneira estou insurgido contra isto.

Depositava no Sr. Presidente da Câmara esta situação que me revolta, e em nós todos, e gostaria que esta situação fosse acautelada.

Como estamos no Período Antes da Ordem do Dia, quero referir que é extremamente gratificante o que se está a passar aqui em Oliveira do Hospital com as festas, o que se vai passar este fim de semana, como a nossa cidade e o nosso Concelho está alegre, está festivo e gostaria de relevar aqui essa situação.

Igualmente desejar a todos umas boas férias porque estamos numa época de férias. Aqueles que vão de férias é uma minoria, sabemos que cada vez mais é uma minoria, por causa da situação em que estamos mas, vamos gozar as férias possíveis e desejar-vos um período de Verão agradável. De certeza que nos vamos encontrar muitas vezes nestes dias de Verão por razões óbvias que estão aqui presentes e com certeza que em setembro cá estaremos outra vez na última Assembleia antes da reeleição do nosso Presidente, que por coincidência vai cair se assim for legal na última sexta-feira antes do dia das eleições. Por isso, vamos nos ver muitas vezes. É um gosto, mais uma vez, estar aqui com vocês todos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Será de certeza antes de começar a campanha eleitoral, por razões óbvias. Se é que ainda não Começou! Mas, como oficialmente tem uma data, vamos tentar que seja antes.

Não tenho aqui um calendário para dizer quando é, possivelmente será no fim de semana anterior ao início da campanha eleitoral.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminadas as intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Hoje as intervenções não foram muito longas e sabendo que amanhã é um dia de trabalho para vós e também para mim eu gostaria também de sintetizar para que a Assembleia demorasse o menos possível e para que não perdêssemos aqui muito tempo por isso vou tentar ser o mais sintético possível.

Gostaria de responder a todas as perguntas. O Sr. Raul Dinis falou aqui no papel das quartas-feiras na receção aos Municípes.

Meus caros amigos não é nenhuma obrigação quando recebo aqui os Municípes para lhes resolver os problemas. Essa é a função do Presidente e da sua equipe porque estamos cá para ajudar a resolver os problemas daqueles que mais necessitam. Eu chamar-lhe-ia as quartas-feiras da angústia. Até, daria um filme que não seria nada bonito devido ao que ouço no meu gabinete. Porque cinco por cento das pessoas são para resolução de problemas que têm a ver com o Município: Com caminhos, com eletrificações, com o vizinho do lado porque pôs uma rede, com obras, com processos de contraordenação. Depois há noventa e cinco por cento de pessoas que apresentam problemas sociais e que mostram muitas vezes um desespero grande porque lhe acabou o subsídio de desemprego, ou porque lhe acabou o Rendimento Social de Inserção (RSI), ou porque não têm, nenhum rendimento neste momento, mesmo que tenham uma prestação num banco e que a tenham pago toda a vida e que só falem dez prestações, algumas de cento e vinte euros por mês, e não tem esses cento e vinte euros para honrar um compromisso que cumpriram durante vinte e oito anos. Temos obrigação de ajudar a resolver estes problemas e por isso digo que tanto eu como os Senhores Vereadores da Câmara Municipal nunca votaram contra qualquer tipo destes apoios que chegam às reuniões de Câmara para ajudarmos as pessoas. Isso congratula-me, isso demonstra claramente que os Vereadores que hoje estão aqui na Câmara Municipal têm um perfil de solidariedade em relação à sociedade e em relação à sociedade oliveirense. Eu tenho essa obrigação porque estou no poder mas eles são oposição e têm tido sempre este comportamento exemplar que eu gostaria aqui de ressaltar e também em nome do Município agradecer-lhes essa postura.

Depois, há aqui um assunto que me preocupa muito. Foi referido pelo Eng.º José Vasco, e pelo Sr. Agostinho Marques. É o problema das ETAR's em Oliveira do Hospital.

Eu diria que aquilo que se passa hoje em Oliveira do Hospital em relação a um conjunto de ETAR's só tem um nome. É uma vergonha!

É uma vergonha o problema da ETAR de Oliveira do Hospital!

Mas, não é só a ETAR de Oliveira do Hospital; È a ETAR de Lagares, com um conjunto de maus cheiros; São as ETAR's de Alvôco, que estão com os problemas que deveriam estar resolvidos e por isso não me parece que seja já suficiente o Presidente do Município reunir com a Administração das Águas do Zêzere e Côa porque isso já eu fiz muitas vezes.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na última terça-feira houve uma reunião já com a tutela, na Administração dos Recursos Hídricos (ARH) em Coimbra onde esteve presente a Sra. Presidente da ARH e os seus Técnicos porque isto já ultrapassou e já não é um conflito direto entre nós e a administração das Águas do Zêzere e Côa. É um conflito que é preciso aplicar contraordenações para resolução destes problemas. O que se está a passar no Concelho é absolutamente impensável, meus caros amigos! Nós temos dezanove ETAR's e pensei que era para melhorarmos muito o Concelho em termos ambientais. Para termos uma determinada qualidade de vida ambiental é que houve um investimento fortíssimo de dinheiros públicos.

Atravessamos uma fase muito difícil e por isso pedi ajuda à ARH porque ela tem a obrigação de aplicar coimas elevadas a quem não cumpre.

Nós também percebemos que o Estado para aplicar multas ao Estado é assim uma coisa esquisita.

A ETAR de Oliveira do Hospital não estava bem dimensionada para o número de pessoa que abrange. Houve um investimento que esperamos que traga alguns resultados. Na reunião de ontem os Técnicos das Águas de Zêzere e Côa diziam que Oliveira do Hospital tem o problema das descargas ilegais que são feitas e que não são saneamento doméstico e que matam a flora e a fauna e que depois não conseguem colocar outra vez os níveis. Eles também não deixam de ter alguma razão!

Mas eu retorquia. Em Lagares, em Alvôco e noutros lados. O que é que acontece?

Eu vou dizer-vos o que é que acontece: Acontece que a empresa a quem eles entregaram a manutenção das ETAR's, na minha opinião ela está insolvente, e não está a fazer o trabalho mas, a nós, aplicam-nos as faturas como nos estejam a prestar o serviço e por isso hoje discuti este problema na reunião de Câmara. Também há alguns compromissos de melhoria. A ARH e as Águas do Zêzere comprometeram-se em melhoras as coisas e eu também me comprometi a diagnosticar e a tentar sinalizar alguns problemas. Ainda hoje à tarde chegou um fax das Águas do Zêzere a dizer que tinha havido mais uma vez uma descarga e nós precisamos de saber quem são as pessoas que estão a causar isto e temos que as denunciar. Seja quem for. Temos que resolver estes problemas ambientais.

Em Alvoco há falta de manutenção na ETAR mas, não é só em Alvoco, há em Vila Pouca, há no Seixo, há em Lagares, há em São Sebastião da Feira, há em Santo António do Alva. Temos problemas porque não há manutenção.

Numa reunião que eu fiz com a Administração das Águas do Zêzere e Côa levei umas fotografias que mostram que nunca lá tinham entrado porque as ervas que estão no portão mostram que eles não o abriram.

Eu desafiava esta Assembleia Municipal a aprovar uma Moção de repúdio em relação às Águas do Zêzere e Côa e ao comportamento que está a ter em relação à manutenção das nossas ETAR's.

Sr. Presidente queria propor esta Moção. Faríamos um pequeno texto onde nós marcássemos uma posição forte.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há aqui outra possibilidade, eu estou a pensar seguir a via judicial e pedir uma indemnização bastante elevada às Águas do Zêzere e Côa pelo incumprimento na prestação de serviços de qualidade e que Oliveira do Hospital é obrigada a pagar.

Como eu disse, nós temos trabalhado e esta reunião com a ARH foi demonstrativa de que nós estamos atentos e que não nos deixamos embalar pelo canto da sereia. Eles dizem que fazem e nunca mais se faz. Isto não é assim! Trata-se da qualidade do ambiente e com este investimento avultado nós também não podemos ter outra postura se não esta.

Respondendo agora ao Nuno Oliveira: É verdade que não havia nenhum documento para a aquisição de um imóvel por parte da Câmara Municipal para a nova sede da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Não havia nenhum compromisso da Câmara Municipal e eu tê-lo-ia honrado se ele existisse ou se houvesse algum contrato promessa de compra e venda para a nova sede da Junta de Freguesia mas, a verdade é que não havia nenhum documento nem havia nenhum compromisso que me ligasse a esse dito compromisso do Executivo anterior e por isso não foi dada nenhuma verba de cem mil euros à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital até porque, com certeza, quem compraria a Junta de Freguesia seria o Município e depois ceder-lha-ia através de protocolo. Mas, como eu disse, a própria Junta não mostrou disponibilidade. O empreiteiro falou uma vez comigo e eu também falei com as pessoas que estiveram cá e acabou o negócio por ficar sem efeito, sem problemas.

A Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital não recebeu cem mil euros para comprar a sede. É mentira quando dizem que a Junta recebeu o dinheiro para comprar a sede e que não a tivesse comprado. Isto é absolutamente falso.

Por isso, Nuno Filipe, os especuladores, as mentiras do quotidiano em Oliveira há muitas e por isso não vale a penar darmos-lhes muita importância porque elas vão passando e não afetam quem tem a consciência tranquila.

O Eng.º José Vasco de Campos falou nos estacionamento e eu concordo com ele e quero dizer-lhe que aquela parte junto à Cooperativa nós estamos a melhorar aquele estacionamento que ainda estava em terra batida. Se passaram lá tiveram a oportunidade de ver que neste momento se encontra em obras.

Também reativamente àquele terreno junto à rotunda do Hospital, onde às vezes estão os ciganos a vender, penso que é privado e a Câmara Municipal pode mostrar alguma disponibilidade para negociar e comprar aquele terreno porque até daria jeito e dar-lhe outro estado digno até porque a cidade como reconhece o Sr. Eng.º José Vasco está bonita e por isso era importante também para nós.

Em relação à estrada Vergílio Ferreira, como nós dissemos, temos um projeto neste momento e também tem sido uma reivindicação que temos discutido nas reuniões de Câmara. Nós estamos a pensar lançar a obra mas não estará concluída antes das eleições.

A Ciclovía entre Oliveira do Hospital e a Bobadela fazia parte do meu projeto político. O problema foi que não se conseguiu financiamento ao nível do QREN e por isso essa obra não avançou porque os recursos não são muitos mas, quando vier o novo Quadro Comunitário, eu concordo que deveríamos fazer a Ciclovía até porque é importante.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao Dr. Rodrigues Gonçalves e sobre os Ativos Sociais quero dizer que é verdade que os Ativos Sociais já geraram noventa e um postos de trabalho. É muito importante para os nossos jovens. São pequenos sinais de esperança que lhes damos e também temos vindo a tentar o alargamento aos empresários e aos privados, era fundamental, seria uma alavanca de ajuda às empresas e principalmente para ajudarmos um conjunto de jovens de Oliveira do Hospital. É um programa lançado pelo Dr. José Francisco Rolo e que tem tido, na minha opinião, um grande sucesso.

Sobre a Bobadela e o Centro de Interpretação quero dizer que já se encontra para adjudicação. Como sabem, o espaço apesar de ter sido dado como concluído em dois mil e sete nunca abriu devido a algumas deficiências de construção, nomeadamente com humidades, e por isso neste momento e para melhorar a construção o projeto encontra-se em adjudicação. O projeto de musealização vai ser entregue também até ao final desta semana pelos Técnicos da Direção Regional da Cultura do Centro. Quem tem tratado deste tema e quem tem acompanhado todo este processo nas várias reuniões e visitas que a Direção Regional da Cultura do Centro fez à Bobadela é a Sra. Vereadora Prof^ª. Graça Silva e também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela, por isso, não tem sido por falta de empenho. Mas também houve a mudança do Diretor Regional que também atrasou este processo.

Também estou de acordo com o Eng.º José Vasco. A Bobadela tem um potencial enorme. Não levem a mal, mas, eu até reconheço que é de longe a nossa maior joia da coroa. Não podem levar a mal!

Convido-vos desde já para o desfile de moda que se vai realizar no dia seis de julho para dar vida àquele espaço.

Dr. Rodrigues Gonçalves, sobre o trabalho da Biblioteca Municipal gostaria de registar aqui um acontecimento que podem não ter dado conta mas, a Universidade Sénior fechou o segundo ano e participei agora nesta semana no almoço de encerramento da Universidade Sénior. É um projeto muito bem conseguido e que foi criado com a Câmara Municipal e com o *Rotary Clube* de Oliveira do Hospital.

Só para vos dar um exemplo, a Universidade Sénior tem cento e doze alunos e tem dezassete professores para as dezassete opções formativas e eu acho que está a ser um trabalho excelente. Haveriam de ver a felicidades daquelas pessoas por estarem a frequentar esta escola. Penso que é um projeto que está a fazer sucesso em Oliveira do Hospital. É um projeto muita qualidade. Há um número de pessoas que se têm esforçado bastante como por exemplo o Sr. Reitor e a Prof^ª. Fátima Inocência que tem feito aqui a ligação com o Prof. Artur Abreu. Tem havido aqui um trabalho fantástico e por isso eu queria aqui deixar uma palavra de estímulo. Tive a oportunidade também de o fazer no almoço realizado esta semana.

Depois o João Dinis falou, e eu quero dizer que hoje na reunião de Câmara foi aberto concurso para adjudicação das Eletrificações Rurais. É um investimento de duzentos e vinte mil euros. Este processo demorou bastante tempo, mais do que aquele que eu gostaria, mas teve a ver também com a própria EDP e com a construção dos projetos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este projeto levará energia elétrica a muitas propriedades rurais. É um projeto cofinanciado pelo Quadro Comunitário em 85%. É um investimento que eu acho que vai valer a pena e poderá ajudar as pessoas a dinamizar a agricultura.

Quero também dizer ao João Dinis que está em andamento a adjudicação com convite a cinco empresas para as estações elevatórias de Vila Franca. Neste momento encontra-se em fase de consulta. Será uma adjudicação direta mas terá cinco orçamentos.

Sobre o projeto de recuperação urbanística a Câmara Municipal aprovou um subsídio para a construção, que já foi entregue, e agora esperamos acabar essa obra à frente da Capela Mortuária.

O Eng.º Carlos Artur falou sobre o programa “o município perto de si”. Eu gostava de dizer que o “município perto de si” é um programa para avançar e que deve dar prioridade às Freguesias que foram extintas.

Neste momento temos dezassete estágios aprovados. Isto é importante! Alguns estágios serão para o Município e outros serão para outras áreas. Houve aqui a oportunidade de, com estas candidaturas, darmos estágio a um conjunto de jovens licenciados e que ficarão a trabalhar e daria aqui o exemplo de dois estágios de nadador Salvador que foram aprovados e que a Câmara costuma contratar e assim têm o estágio de um ano e ainda esperamos a aprovação de outros e por isso vamos dar uma oportunidade de emprego a estes jovens.

Também estamos a aguardar pelo projeto do emprego património que servia para dar resolução sobretudo às pessoas que não têm subsídio de desemprego nem têm RSI-Rendimento Social de Inserção. O Governo fez um grande alarido ao lançar este programa. Eu ainda ontem tive oportunidade de estar com a Sra. Diretora do Centro de Emprego de Arganil, Dra. Fernanda Dias, em Tábua na inauguração da feira de Tábua e estivemos a conversar. É verdade que nos prometeram que íamos ter vinte lugares de trabalho que seriam fundamentais para essas pessoas que não têm esse rendimento porque a Câmara não tem possibilidade de as ir buscar de outra maneira.

Neste momento estão vinte candidaturas feitas, é o Dr. Francisco Rodrigues que tem esta área, e as candidaturas tinham que estar ligadas ao património cultural. Eles estão a impor algumas regras porque houve uma grande corrida a este projeto. Isto resolveria os problemas de muitas pessoas que hoje entraram no desemprego. Neste caso estes empregos seriam para os casos que teriam mais dificuldades e que apresentavam um perfil de responsabilidade durante toda a sua vida. Acho que era um bom critério e por isso aguardamos também estes estágios.

Sobre os Percursos Pedestres quero dizer que estão feitos cinco percursos e neste momento estão a ser orçamentados para se comprar a sua sinalização e a sua homologação.

Ao Dr. Francisco Garcia e sobre os Mega Agrupamentos eu não me vou hoje pronunciar, prenunciar-me-ei mais tarde. Toda a gente sabe qual é a minha posição e por isso não a repito para não gastarmos aqui mais tempo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a sinalética entre as lombas quero dizer que penso que estavam lá os sinais em todas as lombas, provavelmente foram roubados porque eu tenho ideia de que estiveram lá.

Sobre aquela brincadeira da tourada eu quero dizer o seguinte: Não estou para entrar em touradas e por isso não vale a pena fazer qualquer tipo de comentário a assuntos que não valem a pena.

Respondendo à Arq^a. Élia Feiteira e sobre as AEC-Atividades Extra Curriculares quero dizer que neste momento não há indicações de como é que vão decorrer.

A Associação Nacional de Municípios já transmitiu ao governo o seu posicionamento de não aceitação das AEC, "*O Governo que fique com elas.*" Penso que o Governo também tem perspetiva dos horários zero dos professores do quadro que neste momento não têm horário e possam utilizar essas horas e por isso ainda há uma grande indefinição em relação às AEC.

Eu gostava muito das AEC e a principal razão era porque resolviam o problema de emprego de um conjunto de jovens professores que não conseguem obter lugares no quadro nem no Ministério da Educação e que tinham ali um ganha-pão.

A Câmara Municipal não entregou as AEC a empresas privadas como muitos Concelhos fizeram para pouparem dinheiro pagando menos.

A Câmara Municipal para defender estes jovens fez-lhes contratos e gastava mais verba do que recebia do Ministério da Educação para proteger também no trabalho este conjunto de professores.

Respondendo agora ao Eng.^o Carlos Inácio e sobre a EN17, quero dizer que tive uma reunião, e eu disse isto já em reunião de Câmara e volto aqui a repetir. Há pouco tempo reuni como o Diretor Regional de Estradas do Centro, o Eng.^o Francisco Miranda, e aquilo que me foi prometido é que havia uma intervenção, sem grande profundidade, a curto prazo e que depois haveria uma grande intervenção na Estrada da Beira, na zona do Concelho de Oliveira do Hospital, a realizar até junho de dois mil e catorze.

Disseram-me que neste momento decorriam os tramites do concurso e que em dois mil e catorze haveria uma grande intervenção na Estrada da Beira dentro do Concelho de Oliveira do Hospital. Disse-me que iam fazer intervenções pontuais na estrada e que depois haveria uma grande intervenção.

Penso que já respondi a todas as questões e por isso dava por terminada a minha intervenção."

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se necessitavam de mais alguns esclarecimento adicional e como nenhum Deputado se manifestou entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu tenho aqui uma dúvida na apresentação do Ponto I que é precisamente na questão da dívida a fornecedores.

Aparece aqui nos documentos enviados pela Câmara Municipal um valor de dívidas às Águas do Zêzere e Côa. A dívida em 31 de maio de dois mil e treze no montante de cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e oito euros e quarenta e três cêntimos. No entanto, no Ponto III agendado para hoje, nós verificamos que há aqui um protocolo que a Câmara vai fazer. Um acordo de transação entre a Câmara e as Águas do Zêzere e Côa e a Câmara assinala uma dívida às Águas do Zêzere e Côa de seiscentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos.

Eu queria saber qual a discrepância que há entre a dívida real e o valor que é fornecido no Ponto I da Ordem de Trabalhos. Eu fiquei confuso e gostava de ser esclarecido.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Nos mapas que estão a ser distribuídos o Sr. Deputado João Esteves e todas as pessoas vão ser facilmente esclarecidas.

Efetivamente o Sr. Deputado João Esteves tem razão. Não faz sentido na relação da dívida constarem cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e oito euros de dívida à Águas do Zêzere e Côa e depois haver um acordo de transação de seiscentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte euros e trinta cêntimos.

Se estão recordados, na última reunião, o Sr. Presidente da Câmara disse que havia um acordo com os Municípios acionistas das Águas do Zêzere e Côa para devolver as faturas ao Zêzere e Côa no sentido de aumentar a pressão para que fossem resolvidos, efetivamente, os problemas que continuam a subsistir e o problema principal tem a ver com o custo das tarifas e o método de faturação do tratamento dos efluentes.

Nesses mapas, a 31 de maio, só estava registada a dívida da faturação de janeiro porque a partir daí nós não devolvemos as faturas ficamos com elas na nossa posse mas não as contabilizámos. No entanto e para que não existam dúvidas a dívida às Águas do Zêzere e Côa é aquela que consta do acordo. Essas faturas já foram registadas porque entretanto fez-se o acordo.

Não se pretende esconder nada porque nestes mapas que foram distribuídos e que fazem comparação da dívida eu somei a dívida líquida às Águas do Zêzere e Côa. Portanto, não há aqui nenhum objetivo de esconder nada a ninguém. À data de 30 de junho essas faturas já estão todas contabilizadas porque entretanto o Sr. Presidente da Câmara oficiou os Municípios a dizer que o Município de Oliveira do Hospital deixava de fazer parte do lote de Municípios que estava a devolver as faturas e que iria retomar os pagamentos e que iria fazer um acordo de pagamento para aquilo que estava em dívida.

Se repararem, no Ponto III, a data é de vinte e oito, que é amanhã, e à data do final do mês de junho estará tudo regularizado. De qualquer das formas, já para que não existam esse



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tipo de dúvidas nos Senhores Deputados, eu fiz os mapas e, se repararem, já aí está esta informação sobre a dívida.

O que não foi registado foi se janeiro para cá porque foi quando existiu esse acordo entre os Municípios para devolverem as faturas. Ora se, se devolvem as faturas elas não se inscrevem na contabilidade porque ficariam como dívida. Aquilo que aconteceu é que internamente nós sabemos qual é o valor da dívida apesar de não estar plasmada nos mapas porque as faturas efetivamente não estavam registadas. Mas nós também nunca as devolvemos elas ficaram sempre na posse da Câmara. Contrariamente ao que fizeram outros Municípios. Não as contabilizámos e não as devolvemos à espera de ver o que é que tudo isto ia dar. Infelizmente isto não está a dar nem vai dar, na nossa opinião, um bom resultado.

Se o Sr. Presidente da Câmara e se o Sr. Deputado João Esteves considerarem esclarecida a situação eu passava a apresentar os mapas para podermos avançar.

No primeiro mapa está assinalada a comparação da dívida e a evolução da mesma de 2010 a 2013 sem o registo do Zêzere e Côa. Na coluna do total nós verificamos que há uma redução de dívida de 2011 para 2012 e de 2012 para 2013.

Se contabilizarmos as faturas das Águas de Zêzere e Côa, liquidas daquilo que são os créditos que temos direito por causa da eletricidade, nós temos uma variação positiva da dívida, do ano passado para este ano, de noventa e dois mil euros, o que considerando o acréscimo da faturação das Águas de Zêzere e Côa e as empreitadas em curso, honestamente, na minha humilde opinião, não é significativo.

Se fizermos essas contas em relação à dívida no início do ano e à data de 31 de maio deste ano temos uma variação positiva de setenta e dois mil euros com a faturação das Águas de Zêzere e Côa.

No segundo mapa temos a execução das GOP's à data de 31 de maio. Vamos com a melhor execução dos três anos em termos percentuais e absolutos.

No último mapa temos a variação e o reflexo da Execução Orçamental. Temos uma variação positiva nas despesas correntes e isto tem a ver com alguns fatores que facilmente se explicam; Tem a ver com o pagamento em duodécimos de um dos subsídios; Tem a ver com o pagamento dessas faturas que transitaram do ano passado para este ano de água e saneamento; Tem a ver com os Ativos-Sociais e com essas despesas de âmbito corrente que a Câmara assumiu.

Há uma ligeira redução na execução de despesas de capital que face à ausência de financiamentos comunitários nem é muito significativa.

Em termos de receita temos uma variação muito ligeira o que quer dizer que estamos a arrecadar, sensivelmente, o mesmo que no ano transato.

Vão-me perguntar se a variação do IMI não devia ter sido muito positiva? Na tranche de IMI de abril, que nós recebemos em maio, e que supostamente será a de maior valor, nós tivemos um acréscimo de cerca de oitenta mil euros em relação ao ano passado. Portanto não é significativo. É certo que este ano há pagamentos de IMI por três vezes e provavelmente só



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo em setembro é que podemos aferir do reflexo desta medida. Não sei se será intenção da Câmara propor à Assembleia a aprovação da taxa de IMI para o próximo ano antes das eleições e dos novos executivos. Julgo que haverá tempo suficiente para analisar essa situação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este assunto quero dar um esclarecimento para que as pessoas percebam porque é que nós tomámos a decisão e a partir de uma determinada altura rompermos com este acordo com os Municípios.

Com a finalidade de pressionar a tutela e as Águas de Portugal e sobretudo o Ministério da Agricultura que é quem tutela as águas, foi feito um compromisso entre todos os Municípios para não se efetuar o pagamento das faturas de água.

Isto é, todos nós devolvíamos as faturas e tínhamos uma ação coletiva em tribunal. Fizemos algumas reuniões periódicas e percebemos que havia alguns Municípios que deixaram de honrar esse acordo que tínhamos feito.

Oliveira do Hospital tinha entrado neste acordo por uma questão de unidade e para não haver fraturas no grupo. Entretanto nós percebemos que alguns não estavam a honrar esse compromisso. Nós não fizemos como aqueles Municípios que pagaram. Enviei um ofício a todos os Municípios dizendo quais eram as razões para que Oliveira do Hospital passasse a pagar as faturas. Aproveitei, logicamente, para fazer uma negociação com as Águas do Zêzere e Côa para reivindicar algumas obras.

Depois dessas reuniões onde se negociou a dívida, onde nos davam quarenta e oito meses para pagarmos o que estava atrasado, tal como outros Municípios fizeram. Não indo para os quarenta e oito meses, mas achamos que poderíamos aproveitar essa oportunidade. Não há aqui nenhuma incoerência no nosso posicionamento. Eu enviei uma carta a todos a explicar porque é que deixei de cumprir o contrato a que me tinha amarrado. Sem nós sabermos houve Municípios que pagaram as faturas e quando eu descobri achei que a unidade estava partida e por isso não tinha que continuar no grupo porque não havia unidade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou por em causa, naturalmente, essa sua opção, no entanto, eu venho só fazer um reparo, naturalmente sem pôr em causa a seriedade e a honestidade tanto do Dr. Paulo Rocha como do Sr. Presidente. Parece-me que não é um princípio muito correto ter deixado as faturas na gaveta.

As faturas se não foram devolvidas devem ser contabilizadas e mesmo que à posteriori haja uma negociação há notas de crédito que poderão servir para a regularização. Certo é que estamos a falar de seiscentos e tal mil euros que não apareceram nos anteriores mapas, tal como aparece agora aqui devidamente registado, dívida à AdZC não registada. Nos anteriores mapas isso não aparecia registado o que permitiu ao Sr. Presidente puxar aí de muitos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

floreados acerca da execução da despesa e da redução da dívida do Município e na realidade não refletia estes seiscentos e tal mil euros que não estariam contabilizados. Estavam, estas sim, e naturalmente sem ofender ninguém, estas faturas estavam na gaveta. Não foram contabilizadas. Não foram devolvidas. Estavam em *stand by* à espera de agora se fazer este acordo, nessa decisão que o Senhor tomou de negociar, e fez bem, aproveitou. Mas sobre isso falaremos no Ponto III. No entanto parece-me que o princípio não será o mais correto para refletir a veracidade das contas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Para esclarecer o Sr. Deputado Rui Abrantes quero dizer-lhe que essa expressão “faturas na gaveta”, eu nem sei se na contabilidade têm gavetas para pôr as faturas o que sei é que têm lá umas pastas, mas digo-lhe que empregou a palavra correta seguidamente porque a língua fugiu-lhe para a verdade. As faturas estiveram em *stand by*.”

Entrou-se, depois, no Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 2ª Revisão ao Orçamento para 2013.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Esta situação decorre de uma visita rotineira da CCDR e que recomendaram à Câmara que fosse utilizado na totalidade o saldo de gerência, e para isso teríamos de fazer uma revisão para o poder utilizar, no sentido de aumentar a receita contabilisticamente disponível porque nós temo-la na tesouraria e por isso é que nós e nos mapas anteriores isso estava refletido. Nós tivemos menos receita do que despesa nesses últimos cinco meses ora, para a pagarmos tivermos que ir buscar ao saldo transitado em termos de tesouraria o que é preciso é fazermos a operação contabilística que se chama a transição do saldo na sua totalidade ou a utilização do saldo na sua totalidade e portanto é isso que se requer à Assembleia Municipal, respetiva autorização.

A distribuição do lado da despesa foi feita na perspetiva não da necessidade mas da eventual suscetibilidade dessa necessidade porque nós vivemos com o orçamento que tínhamos.

Isto é apenas para dar cumprimento àquilo que é o entendimento da CCDR nesta matéria.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto II - Aprovação, nos termos da alínea b), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para o Quadriénio 2013-2016 e 2ª Revisão ao Orçamento para 2013, que foi aprovada por maioria com uma abstenção.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Proponha à Assembleia que de seguida se apresentasse a Moção sugerida pelo Sr. Presidente da Câmara.

Se os Grupos parlamentares quiserem fazer alguma alteração façam o favor de fazer as respetivas propostas.

“Moção – Considerando que a generalidade das ETAR, no Concelho de Oliveira do Hospital, apresentam anormalidade de funcionamento derivadas da sua deficiente manutenção;

Considerando os inconvenientes destas anomalias ao nível dos maus cheiros e contaminação dos recursos de água;

Considerando os perigos para a saúde pública que esta situação apresenta;

Considerando que o Município de Oliveira do Hospital concessionou este serviço e paga custos crescentes para que o mesmo seja prestado com qualidade e eficiência;

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida no dia 27 de junho de 2013, deliberou apresentar junto da empresa multimunicipal Águas do Zêzere e Côa o seu protesto pela forma manifestamente deficiente como esta tem vindo a prestar o serviço de manutenção do sistema de equipamentos que integram as referidas Estações de Tratamento de Águas Residuais.”

Alguém quer apresentar alguma alteração a esta Moção? Como não há proposta passemos então à votação.”

Efetuada a votação, a Moção foi aprovada por unanimidade com a recomendação de ser enviada também para as Freguesias onde ocorrem estes problemas de funcionamento com as ETAR’S.

Entrou-se, depois, no Ponto III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de Acordo de Transação com a empresa Águas do Zêzere e Côa.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Não há muito a acrescentar para além daquilo que consta da documentação.

Os valores que ai estão inscritos resultam das faturas da água e saneamento e de notas de débito de juros de mora de atrasos no pagamento.

Tudo isto tem a ver com a situação de conflito que existiu e existe e persiste entre os Municípios e a empresa Águas do Zêzere e Côa.

Eu percebo aquilo que o Deputado Municipal Rui Abrantes há pouco quis fazer crer. É assim: As gavetas nesta casa não são para ter faturas como o Sr. Deputado sabe muito bem.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não eram no passado nem são hoje. As faturas estiveram em cima da mesa e não estiveram em gaveta nenhuma.

Nós sabemos e não quisemos ocultar nada.

Os mapas estavam feitos antes do Sr. Deputado Municipal João Esteves ter colocado a questão. Portanto, não se ocultou nada nem se pretende ocultar. Em relação à dívida isso não é possível de se fazer. Agora, também têm que entender que houve aqui uma posição do Sr. Presidente da Câmara de solidariedade para com os restantes Municípios das Águas de Zêzere e Côa.

Isto também tem a ver com um processo jurídico que está em curso.

Eu não tenho que defender o Sr. Presidente da Câmara porque ele está cá e poderá defender-se melhor do que aquilo que eu poderei fazer por ele, mas isto tem a ver com essa solidariedade e com a forma como o Sr. Presidente da Câmara se apercebeu como o processo estava a decorrer. Porque a maior parte dos Municípios o que está a fazer é a devolução das faturas e esses sim estão a colocar uma dívida real aos seus Municípios e vão ter de a pagar mais tarde ou mais cedo.

Oliveira do Hospital, neste momento, por força daquilo que foi a quebra desse compromisso com os demais Municípios está a evidenciar a sua vontade de pagar e de resolver este problema.

Em relação a este acordo quero dizer que ele tem, com já repararam, parte das faturas do acerto nas tarifas, depois tem uma parte de juros de mora, tem os custos com a eletricidade que nós lhes debitámos de equipamentos que estão sobre a exploração da empresa mas cujos encargos elétricos estavam a ser debitados à Câmara Municipal, tem também os juros de mora inerentes a estes encargos com a eletricidade desde o tempo em que eles foram suportados por nós até à data.

A empresa propôs à Câmara um pagamento em quarenta e oito meses. Na altura equacionou-se um prazo mais reduzido, mas nós tivemos em linha de conta que teríamos disponibilidade nesta altura para liquidar na íntegra este valor com as disponibilidades que temos a prazo. Sabem todos que há obras em curso e que haverá investimento no futuro e por isso entendeu-se que este pagamento deveria ser faseado. Aquilo que se propõe à Assembleia Municipal é a autorização para a repartição de encargos para dois mil e catorze e dois mil e quinze.

Porque é que não aumentamos o valor e reduzimos as prestações? Porque, como deram conta, nessa relação de faturas e os custos de tratamento de efluentes estão a subir de forma assinalável e nós além deste pagamento que está em atraso vamos ter de pagar as faturas do mês de julho e se fizerem uma conta básicas nós temos uma faturação média de cento e trinta e seis mil euros se reduzíssemos o número de prestações ia-nos aumentar a fatura de água e saneamento para cerca de duzentos e cinquenta mil euros por mês, o que neste momento não seria, julgo eu, bom indicador de gestão. O que nós pretendemos é ir pagando a todos os fornecedores dentro daquilo que é a nossa disponibilidade. Se canalizássemos só e apenas pagamentos para as Águas do Zêzere e Côa alguém ia ter de esperar e eventualmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

íamos aumentar o prazo médio de pagamentos que já agora passo a explicar julgo que terá sido público na listagem que a DGAL publicou na sua página oficial, são os dados a 31 de dezembro, e eu já tive a oportunidade de explicar na última Assembleia que a 31 de dezembro nós não temos a possibilidade de controlar as faturas que entram para pagar com data em dias posteriores a 31 de dezembro mas com data de 31 de dezembro. Portanto não as podemos pagar aumenta sempre o valor da dívida e isso influencia o prazo médio de pagamentos pois como sabem as disponibilidades eram suficientes para podermos baixar esse valor de dívida.

Em relação ao acordo não sei se têm alguma dúvida mas se tiverem estarei à vossa disposição.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente eu compreendo que principalmente o Sr. Presidente da Câmara como o Dr. Paulo Rocha só peguem na expressão “fatura na gaveta” mas, eu comecei por nunca querer pôr em causa a seriedade e honestidade das pessoas. Não sei se os Senhores também deram conta de que eu disse isso! É importante ressaltar essa situação. Eu tanto disse faturas na gaveta como disse a seguir *stand by* como poderia ter dito em cima da mesa. O que eu queria dizer é que me parece que o princípio não é correto! Se a fatura cá estava, se a despesa cá estava, ela não apareceu retratada nos tais quadros. Foi simplesmente isso que eu quis dizer. Nunca pus em causa, como os Senhores compreendem o debate político faz-se por outras águas e não por essas!

Em relação à solidariedade. O Senhor gosta de ser solidário, eu compreendo isso, e muito bem e reconheço-lhe isso. No entanto, os outros depois roem a corda. E desta vez roeram outra vez. O Senhor com a solidariedade que lhe é muito característica e que eu prezo também em registar gastou mais doze mil euros.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia permita-me só um minuto antes de entrar neste Ponto III.

O Dr. Francisco Garcia, na sua intervenção, concordou que este Governo era pior que o Governo anterior de Sócrates.

Querem ver um exemplo?

O Governo anterior de Sócrates deixou o IC6 ali às portas do Município no meio do pinhal; Este Governo ainda está pior. Não só deixou o IC6 como também deixou a EN17. Estão a ver as diferenças que há!...

Em relação ao Ponto III, lembrar aqui as SWOP's das Águas de Portugal. Também teve SWOP's as Águas de Portugal!

Em relação às Águas do Zêzere e Côa e nesta situação pede-se ou propõe-se o pagamento de uma dívida à Águas de Portugal para dois mil e quinze que vai pagar juros de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mora de dezassete mil duzentos e treze euros. Esse diferimento de pagamentos vão juntar-se aos pagamentos das novas faturas mensais daqui para o futuro.

Porque é que não se pagaram as faturas ao ritmo que eram pagas?

Já foi aqui dito que havia solidariedade ativa com outros Municípios. Mas, nós também não podemos esquecer que um dos principais responsáveis das Águas de Portugal era precisamente da Câmara Municipal que mais dinheiro devia às Águas de Portugal. Não sei se eles já pagaram!? E não sei porque é que nós também pagamos! Mas esse como era o que devia mais foi premiado e é o chefe das Águas de Portugal!

Os valores que já se estão a pagar pelo consumo da água e do saneamento correspondem a que ano do contrato de concessão com as Águas do Zêzere e Côa? É que eu acho que já estamos há dez ou quinze anos a pagar os valores que estavam previstos.

Quando se fez aqui a concessão com as Águas do Zêzere e Côa lembram-se do que eu aqui disse? Detesto ter razão! Uma coisa que me irrita é ter razão!

O resultado final, disto que nos é proposto. Objetivamente há uma manobra contabilística. E a manobra contabilística faz diferir para dois mil e quinze os pagamentos à Águas do Zêzere e Côa. Faz diferir para o próximo mandato, é bem feito porque há de continuar a ser Presidente e tem de pagar isto na mesma, doze mil euros. Que é os juros de mora das faturas a descontar das faturas a eletricidade. É o que isto custa ao Município!”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tive dúvidas se viria com este tema aqui no Período Antes da Ordem do Dia mas como se reporta a águas, custo de água, entendi que seria aqui.

No passado dia 21, o comissário Europeu para o Mercado Interno *Michel Barnier* anunciou que a diretiva e os planos para legislar sobre a liberalização do abastecimento de água seriam alterados. E esta é, portanto, a primeira vitória da petição que recolheu um milhão e meio de assinaturas de cidadãos e cidadãs de sete países da UE.

Se nos devemos congratular com este passo atrás da Comissão Europeia não devemos no entanto deixar de pugnar para que em Portugal (sabendo que este Governo é autista e obcecado por privatizações) esta barbárie não aconteça.

A privatização de um bem essencial à vida, que significaria entender-se o acesso ao abastecimento de água potável como um privilégio e não como um direito inalienável seria o expoente máximo do conceito de pós-humano fundado por *Ihab Hassan* na década de setenta que, grosso modo, significa a imagem do recorrente ódio do Homem por si mesmo.

Um exemplo recente desta desumanização e desta deslealdade do Homem para com os seus iguais é a opinião expressa pelo presidente do gigante económico Nestlé. *Peter Brabek-Letmathe* afirma que “o acesso à água não é um direito público” e que a resposta às questões de água global é a sua privatização.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para o ex-CEO da Nestlé faz sentido que, por exemplo, na comunidade paquistanesa de *Bhati Dilwan* a água não esteja apenas tão suja que é impossível fazer uso dela como também os níveis tenham caído de 100 para 300 pés, resultado do poço cavado pela Nestlé. Mas assim aquela comunidade pode engrossar os lucros da água engarrafada “*Pure Life*” da Nestlé.

E se isto acontece à escala global e pode parecer descabida esta nota introdutória não deixa de ser paradigmática do que acontece também em Portugal.

Desde que este executivo camarário entrou em funções o custo da água cobrado ao Município pelas Águas do Zêzere e Côa aumentou exponencialmente. O valor cobrado hoje é dez vezes superior ao cobrado em dois mil e nove.

Não posso compreender porque é que sendo um serviço prestado a todos os cidadãos residentes no território nacional sejam cobrados valores tão díspares nos diferentes municípios. Ainda assim, e deixando esse debate para outra oportunidade, o facto é que ao Município de Oliveira do Hospital o valor cobrado pela empresa que gere o abastecimento e saneamento de águas tem disparado mas a qualidade do serviço prestado não aumentou de igual porção. Não obstante os ainda existentes cortes no abastecimento o tratamento de águas residuais é também deficitário, como já aqui foi amplamente referido.

É urgente envidar esforços para que esta atitude que lesa o Município e os nossos Municípios tenha tréguas (e é exatamente essa a postura que o executivo tem tomado) e portanto deve esta Assembleia exigir que as Águas do Zêzere e Côa corrijam de imediato o mau serviço que prestam a todos os Oliveirenses.

Em novembro de dois mil e dois o Comité da ONU para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais afirmou que o acesso a quantidades suficientes de água limpa para uso pessoal e doméstico é um direito fundamental de todos os seres humanos. No seu Comentário Geral nº.15 sobre a aplicação dos Artigos 11º. e 12º. do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, o Comité referiu que “*o direito humano à água é indispensável para vida com dignidade humana. É um pré-requisito da realização de outros direitos humanos.*”

Pensar a privatização da água é um retrocesso civilizacional inimaginável.

José Saramago a este propósito (das privatizações obscenas) escreveu nos Cadernos de Lanzerote – Diário III:

*“privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu,
privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei,
privatize-se a nuvem que passa,
privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno
e de olhos abertos.
E, finalmente, para florão e remate de tanto privatizar,
privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez
a exploração deles a empresas privadas,
mediante concurso internacional.*”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Aí se encontra a salvação do mundo...
E, já agora, privatize-se também
a puta que os pariu a todos”*

Prestar um serviço como o que as Águas do Zêzere e Côa têm prestado, quer no custo, quer no abastecimento, quer no tratamento das águas residuais, coloca em risco este direito consagrado pela ONU.

Exijamos, assim, a redução dos valores cobrados e a resolução dos problemas quer nos abastecimentos de água quer no tratamento das águas residuais. É este o nosso dever cívico. Cumpramo-lo.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só queria acrescentar aqui um pormenor que tem a ver com esta discussão.

Independentemente de saber se a dívida paga, dois ou três anos depois, se os juros que vão ser pagos, se isso é uma penalização, ou não, é preciso considerar que com o dinheiro do que não se pagou também se arrecadaram juros. Portanto não se faça essa relação direta em termos financeiros.

O Sr. Deputado que mais falou sobre essa matéria sabe isso!

Há aqui outra questão que é muito importante. Independentemente de saber onde é que estavam as faturas, se estavam na gaveta, ou se estavam em cima da mesa, elas nunca podiam ser reconhecidas como dívida porque havia uma questão litigiosa.

Como se sabe, para efeitos judiciais é importante que não seja reconhecida uma dívida como dívida porque posteriormente o tribunal vai apreciar isso. Portanto, nunca se podia refletir a dívida em qualquer contabilidade porque isso impediria qualquer litígio com a Empresa Municipal das Águas do Zêzere e Côa. Esta questão é a meu ver muito importante!

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Manuel Fabrício Santos, que fez a seguinte intervenção:

“Isto faz-me um bocado de confusão!

Primeiro, fiquei mais perplexo agora quando me disseram que se não aprovarmos isto não há acordo. Não há acordo para pagar em vinte e quatro meses.

Mas o Sr. Presidente disse na última Assembleia que tinha o dinheiro guardado!

Se tem guardado porque é que não paga?

Eu fico perplexo!

Autorizar que seja pago em vinte e quatro meses implica que isto não seja acordado! Que não se assine este acordo!

Faz-me confusão estar a deliberar, sem um acordo, que diz que é assinado amanhã! Eu não consigo perceber!”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem esta distribuição plurianual não seria possível se a Assembleia Municipal não autorizar. O Prof. Fabrício deveria entender isto.

Não era compreensível era se eu trouxesse aqui um acordo já assinado para a decisão da Assembleia Municipal!

Eu só tenho autorização para assinar este acordo se esta Assembleia Municipal aprovar esta repartição de encargos. Porque se fosse um pagamento até ao final do ano as competências eram do Executivo.

Eu não posso aqui dizer tudo, mas este é um grande acordo. Se algum Deputado quiser mais algumas explicações individuais eu terei todo o gosto de explicar.

Neste momento eu digo que este é um grande acordo que foi negociado por mim e pelo Dr. Paulo Rocha.

Há outros que devem mais. Há uma Câmara que deve mais de oito milhões de euros. E sabem quem é que foi escolhido para Presidente do Conselho de Administração das Águas de Portugal? Foi esse Presidente de Câmara, escolhido por este Governo.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto III - Autorização, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa decorrente da celebração de Acordo de Transação com a empresa Águas do Zêzere e Côa., que foi aprovada por maioria com três abstenções.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu queria chamar à atenção dos Srs. Deputados que depois há aqui documentos que necessitam de ser assinados no final.”

Entrou-se, depois, no Ponto IV - Autorização, nos termos da alínea i), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, para proposta de constituição do direito de superfície, e respetivas condições, e de celebração de contrato promessa com a Associação BLC 3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui uma pequena proposta de alteração nos documentos de suporte deste Ponto.

No documento Proposta na alínea b) – Prazo de Construção/Reconstrução dos Edifícios, onde se lê “no prazo de 5 (cinco) anos” passa a ler-se “no prazo de 10(dez) anos”

Também na mesma alínea b) – Reversão, onde se lê “decorridos cinco anos”, passa a ler-se “decorridos dez anos”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Derivado ao conjunto de edifícios poderia não haver capacidade para os recuperar nos próximos cinco anos e por isso é esta a alteração.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho intervindo em Assembleia anteriores quando vêm aqui regulamentos para atribuições de bolsas, subsídios, apoios sociais e tenho feito intervenções sempre no sentido, e que eu compreendo com naturalidade que haja a necessidade do cumprimento de um sem número de formalidades por parte das pessoas que se candidatam a esses subsídios e a essas bolsas, porque é preciso mais um requerimento, mais um papel, mais uma certidão, mais *n* coisas e eu tenho cá vindo dizer que considero excessivo mas que compreendo.

Desta vez é que é ao contrário.

Eu acho que um protocolo deste género ou uma cedência de superfície por um prazo de vinte e nove anos, no meu entender deveria ter mais algumas cláusulas. Considero que só se podendo fazer a reversão dum terreno, do direito de superfície, ainda agora alargado para um prazo de dez anos caso não sejam construídas todas as obras, considero e parece-me curto.

Acho que, para o tipo de investimento que se prevê que a BLC3 vá fazer e para o custo que aquele terreno, aquele direito de superfície, teve para a Câmara Municipal, parece-me curto este número de cláusulas e o conteúdo destas cláusulas.

Depois, em relação à possibilidade de hipoteca e à possibilidade também da Câmara vir a ser responsabilizada pelo pagamento de empréstimos que a BLC3 possa vir a fazer, parece-me, também, que isto deveria ser mais explorado.

Grosso modo, parece-me que deveria haver aqui mais algumas cláusulas por forma a poder abranger qualquer situação que possa eventualmente acontecer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto, lembrar que o Centro de Negócios da Beira Serra foi despachado por um Ministro, que era o Dr. Fernando Nogueira, e por um Presidente da República, que era o Dr. Mário Soares. Uma vez eu disse aquele projeto corria todos os riscos de ser um grande “elefante branco”. Esta coisa de se ter razão à posteriori é chato!

Para seiscentos mil contos do nosso dinheiro que se esfumaram no projeto da Acibeira! Dinheiro público!

Direito de superfície para instalação de um Centro de Atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

Agora interroguem-se cada um de vós: O que é que isto virá a ser?

Eu sei que agora é complicado fazer intervenções deste tipo, mas interroguem-se!

Direito de superfície por um valor patrimonial na ordem de um milhão de euros. Valor patrimonial do Município!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital é a incubadora desta BLC3. E não é ao contrário!

O esforço municipal é já com o cordão umbilical e placenta desta BLC3. Não estou a por em causa o esforço e até competência das pessoas que estão na BLC3, algumas pessoas até são gente jovem, mas a realidade para onde isto está a caminhar é esta! Se não for a incubadora, Câmara Municipal, a incubadora de negócios, aquilo é um nado morto. Portanto, é necessário acautelar o património e esforço municipal. Esforço público. E não fazer aqui também uma SWOP!

A BLC3 presta contas a quem do que anda a fazer?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez o meu amigo João Dinis tem alguma razão mas não a tem toda!

Eu quero só relembrar aos presentes que o tal “elefante branco”, e não azul, que ficou em Lagares da Beira, chamado Acibeira, vários Municípios, na altura, o queriam e aquilo correu mal.

Mas foi numa gestão socialista que aquilo veio para Oliveira do Hospital. Vários Executivos Sociais Democratas por aqui passaram e nada fizeram. Não conseguiram ou não lhes apeteceu. E volta a ser numa gestão Socialista que aqueles imóveis que ali estão ao abandono voltarão a ganhar vida.

Espero que, de facto, desta vez haja sucesso. Os ecos que se ouvem no País e lá fora em relação à BLC3 são positivos e são tidos como exemplo a seguir. Tudo indica que será algo com futuro e com sucesso para o Concelho e para os Oliveirenses.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco do Amaral Antunes Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto, gostava de dizer o seguinte: A BLC3 é uma Associação, que eu julgo, que é de direito privado sem fins lucrativos.

Está a ser, como toda a gente sabe, apoiada pela Câmara. Acho perfeitamente legítimo que a BLC3 tenha uma sede condigna e aí possa melhor desenvolver os seus projetos. Também acho legítimo que a Acibeira seja devidamente aproveitada e que aquele edifício seja devidamente aproveitado e parece-me tudo isso correto.

Gostava também de deixar a recomendação para que a BLC3 e aquele edifício pudesse servir também para outras empresas nascentes. E não querendo entrar em grandes polémicas, porque provavelmente não sairíamos daqui.

Eu só gostava que o Sr. Presidente da Câmara me desse algumas indicações porque eu nunca tive oportunidade de conhecer a BLC3. Aquilo que sei é só o que vem nos jornais. De uma forma resumida que disse-se quais são os principais projetos da BLC3. Projetos que ela própria está a promover por si só. Sei que a BLC3 também conseguiu promover projetos de outros promotores, mas eu estou a referir-me a projetos onde a BLC3 seja promotora, e em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fase é que está? Isto para que eu consiga perceber qual é o futuro da sustentabilidade da BLC3. De facto há uma coisa que é certa também não me parece correto que a BLC3 seja permanentemente e para sempre apoiada exclusivamente pela Câmara. Ela tem que conseguir criar formas próprias de funcionamento e de rendimento para puder desenvolver os seus projetos.

Também não me choca se parte da atividade seja apoiada pela Câmara porque se a BLC3 tem um fim público e desenvolve um trabalho público, também não me choca que parte dessa atividade seja apoiada pela Câmara. Agora, se for toda, só exclusivamente apoiada pela Câmara para sempre ou pelo menos nos próximos anos, é que já me causa alguma confusão.

Gostava que me desse, na medida do possível e de uma forma sucinta, um panorama do que é que a BLC3 está a fazer para sustentar o seu futuro enquanto BLC3 e também para o Concelho e para a região.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre algumas dúvidas que aqui foram colocadas eu gostaria de dizer o seguinte: Eu penso que todos temos consciência que o Concelho tinha ali um problema com aquelas instalações. Disso ninguém tem dúvidas!

Enquanto estive ali o “elefante branco”, completamente vandalizado nunca vi ninguém insurgir-se para encontrar uma solução.

Eu e o meu Executivo tentámos encontrar uma solução e partimos para uma negociação, para adquirir o direito de superfície.

Este assunto já se arrasta há muitos anos. O Presidente anterior também tentou negociar a Acibeira e até se colocou a hipótese de se instalar naquele local a Escola Superior.

Achando que havia ali um potencial para a BLC3 criando ali uma ideia de desenvolvimento sustentado para o próprio território, eu acho que encontrámos uma solução.

O Município fez o investimento porque aquilo está completamente degradado como todos sabem. Se não se tem deixado deteriorar aquele conjunto de edifícios hoje nós tínhamos ali um património valioso e vamos ser obrigados outra vez a lançar projetos ao quadro Comunitário para ocupar aqueles edifícios.

Fizemos uma aposta porque aquilo que lá estava não era solução e está aí o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira que sabe que aquilo não estava em condições.

As antigas instalações da Acibeira vão ser utilizadas para servir de incubadora a empresas e a negócios que se queiram instalar em Oliveira do Hospital.

Há um pavilhão que está ocupado com umas máquinas de uma fábrica de um empresário de Lagares da Beira e é preciso libertá-lo.

Há também um conjunto de empresas que não têm lugar para se instalar e a sua instalação pode ser permitida naquele espaço.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Se muita gente pensasse como muitas pessoas aqui pensam, e eu lamento, ainda na semana passada a Presidente do Brasil esteve na *Biocante* onde a Câmara Municipal fez um investimento cem vezes maior do que o investimento que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital fez com a BLC3.

A BLC3 tem um investimento, tirando este, que não chega a cento e cinquenta mil euros. A BLC3 está a ter um subsídio que foi nivelado com aquilo que nós damos a uma equipa de futebol.

Uma parte do financiamento da BLC3 é um subsídio mensal que foi aprovado em reunião de Câmara que é de nove mil euros. Até se colocou nove mil euros porque era a verba que recebia um club de futebol. Se nós damos este dinheiro para o futebol também o podemos dar a uma Associação que projeta e segue determinados objetivos de desenvolvimento sustentável no Concelho.

Também quero dizer ao Sr. Eng.º José Vasco que os Sr. Vereadores Prof. José Carlos Mendes e Prof.ª Tema Martinho, antes de votarem favoravelmente este subsídio mensal, deslocaram-se à BLC3 para perceber qual era o projeto. Na minha opinião tiveram um comportamento muito correto.

O Eng.º José Vasco, e muito bem, como candidato está a fazer um conjunto de visitas para conhecer a realidade do Concelho. Aquilo que eu desejava, se me desse autorização, era marcar uma reunião para a BLC3 o receber e lhe explicar tudo o que estão a fazer para perceber melhor. Mas também desfio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, a fazer uma visita à BLC3 para que possam explicar-lhe o que é que estão a fazer.

Em linha gerais, porque a BLC3 trabalha com vários programas, mas por exemplo, neste momento já temos doze Professores Doutores a trabalhar na investigação em Oliveira do Hospital, que ocupam uma casa, que foi recuperada de uma escola, em Travanca de Lagos.

Eu concordo que a Câmara Municipal não pode financiar para sempre a BLC3 mas nós damos um subsídio à BLC3 igual ao que damos a um clube de futebol.

A BLC3 tem aprovado um projeto financiado pelo Quadro Comunitário de cerca de quinhentos mil euros. Agora estão a desenvolver o laboratório e há ali um forte investimento e agora também têm uma candidatura para as antigas instalações da Acibeira.

O Deputado Rui Abrantes falou, e bem, e eu percebo a sua preocupação no problema da possibilidade de hipoteca.

Eu gostaria de explicar e diz aqui o seguinte: *“Hipoteca- Fica autorizada a constituição da hipoteca do direito de superfície a favor da entidade bancária para efeitos de financiamento”*, e agora vamos ver como é que a hipoteca pode ser feita *“para financiamento da construção ou reconstrução dos edifícios”*. Isto que dizer que todo o dinheiro que eles vão buscar ficará ali utilizado, logo valorizará o património mesmo que se tenha que fazer a reconversão para a Câmara Municipal. Isto é muito importante porque não podem dar como hipoteca para a atividade. A hipoteca é só para a construção ou reconstrução dos edifícios. O



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que quer dizer se arranjam um empréstimo para as melhorias de cento e cinquenta mil euros ou duzentos mil euros, esse dinheiro tem que ficar lá aplicado.

Como eu já disse estamos a lutar para uma solução e espero que daqui a quatro anos tenhamos ali uma coisa em condições. Mas as coisas demoram o seu tempo para construir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Prof. António Morgado Ferreira Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Era só uma questão muito simples: No caso de estar em hipoteca e vier a acontecer a reversão para a Câmara, quem é que assume os custos da hipoteca? Tem que ser logicamente a Câmara. Isso é mais um custo que envolve. Pode vir a acontecer!

Suponhamos que a hipoteca é feita por cem mil euros, por exemplo, passados três ou quatro anos, por razões várias, é devolvido à Câmara. A Câmara tem que assumir a hipoteca. É só um pormenor, para que tivessem em consideração esse pequeno pormenor porque pode trazer um acréscimo de custos para a Câmara e poder ser muito capital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só tenho aqui uma pequena dúvida acerca do funcionamento. A BLC3 vai funcionar naquelas instalações e vai incubar empresas. É essa uma das atividades da BLC3. Agora eu pergunto: Ao fazer a incubação de empresas a empresas que vão funcionar naquelas instalações como é que é feita? As instalações são alugadas àquelas empresas ou são gratuitamente cedidas as instalações para as empresas terem ali a sua sede?

Também queria perguntar: Vamos supor que há qualquer problema e que entretanto a BLC3 não consegue resolver ou ter sucesso por qualquer motivo e no entanto estão a funcionar naquelas instalações empresas que estão a ser incubadas. Eu pergunto: No ato de reversão para a Câmara Municipal o que é que acontece àquelas empresas que lá estão a funcionar? A responsabilidade delas lá ficarem é para o Município?

Eu acho que isto devia ficar aqui acautelado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria aqui fazer um esclarecimento em relação à questão que o Sr. Prof. Morgado fez: É preciso perceber que os imóveis que lá estão vão ter candidaturas. Uma primeira fase já está aprovada, numa candidatura ao PRODER, para a recuperação de um pavilhão. Para ser feito esse financiamento a BLC3 tem que provar a titularidade do espaço.

O João Esteves fez perguntas às quais eu não sei responder mas há uma coisa que eu sei: É que a incubadora geralmente é temporal. Uma incubadora não é para a empresa se fixar nessa incubadora e há regulamentos próprios que definem isso.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No Instituto Pedro Nunes, que está ligado à Universidade de Coimbra, por exemplo, são dois anos que as empresas lá estão para incubar. Agora, se aquilo for abaixo e se a Universidade fica com as empresas eu também não sei.

Eu compreendo que se possam colocar estas questões e que haja dúvidas. Contudo, esta titularidade é fundamental para podermos ir ao Quadro Comunitário e há algumas candidaturas que não passam pelo Governo Português e que vão direitas a Bruxelas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Eu volto aqui a falar nisto porque este é um assunto importante onde até já há uma experiência que nos devia aconselhar. Eu creio que a Câmara Municipal, e o Executivo, já teve que resgatar uma hipoteca que a banca fez sobre o direito de superfície da Acibeira. Já foi isso que aconteceu e, portanto, se a BLC3, der “raia” (o que é muito provável) e é muito provável porque a situação está para isso e não está para outra coisa! O milagre é para quem não “vai à vida”. Isso é que é milagre!

Nós vamos andar, pelo menos quinze anos, a lembrar e a limpar a porcaria que agora está a ser feita no nosso País. A “malta” que se prepare porque isto vai ser a doer e muito, aos mesmos do costume.

Acho que o Município já pagou para resgatar a hipoteca que a banca fez sobre o direito de superfície da Acibeira! Isto está a ser apressado, está a ser conduzido de uma forma apressada, não acautelada e, portanto, não está a ser acautelado o interesse do Município.

Eu gosto muito da BLC3 e dos projetos do QREN mas, nós não temos QREN! O QREN está fechado!

Eu acho que há tempo, pelo menos até setembro, de acautelar estas questões que aqui estão a ser postas e para as quais até nem está a haver resposta!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que estão a confundir dois planos: A questão da hipoteca que foi posta pelo colega que falou anteriormente não tem nada a ver com esta hipoteca que o João Dinis refere.

A hipoteca é uma garantia patrimonial. Como tal, o banco ao emprestar o dinheiro, esse dinheiro tem que ser aplicado em construção. Há um aumento patrimonial e portanto não há aqui uma responsabilidade da Câmara pela hipoteca. A hipoteca continuará se o património for feito com o dinheiro da hipoteca, logo, na hipótese de reverter para a Câmara a responsabilidade pela hipoteca, também reverte para a Câmara a contrapartida do edifício que foi feito com esse dinheiro.

A questão que o João Dinis colocou é completamente diferente. A questão é: Não se fazia nada agora e mantinha-se o imobilizado que lá está em degradação e quem viesse atrás que fechasse a porta!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Já se disse que os anteriores Executivos tentaram, de uma maneira ou de outra, resolver aquele problema. Não foi possível. Agora, é evidente que não se pode exigir que a solução seja ótima e que seja perfeita! É o que é!

A posição do João Dinis é não se fazer nada! Esta história do protelar é muito bonita para quem não quer fazer nada.

O Executivo quer fazer. Deixem-no fazer!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O problema que se põe aqui é que há projetos aprovados no Quadro Comunitário e que se perdem se não provarmos a titularidade. É isso que se põe aqui em causa. É a recuperação de um pavilhão que tem verbas aprovadas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu achava bem é que os membros desta Assembleia fizessem o que fizeram aqui os Sr. Vereadores e eu também já o fiz mais do que uma vez e, efetivamente, se informassem porque acho que até é um dever. Não é só virmos aqui de vez em quando para dizer umas coisas. Eu acho que se de facto as pessoas se interessam deviam tentar perceber onde é que o dinheiro é gasto e como. Penso que não é segredo para ninguém que o Governo também pôs lá quinhentos mil euros quando a BLC3 começou. Sabe-se que há um projeto relacionado com o biodiesel e que está em fase terminal e que envolve verbas muito significativas.

Se, se faz alguma coisa para ver se, se sai do marasmo é uma chatice. Se não se faz é porque não fazem!

Eu penso que nós temos o dever e o direito de criticar mas também temos o dever de dar os nossos contributos para ver se o desemprego baixa e se este País andar para a frente porque somos quarenta e três e se estamos aqui por algum motivo deve ser. Se calhar também convinha justificar o que nos pagam.

Mas eu não estou aqui para opinar. Estou aqui para dirigir os trabalhos e por isso vamos pôr à votação este Ponto.”

De seguida foi colocada à votação o Ponto IV - Autorização, nos termos da alínea i), do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, para proposta de constituição do direito de superfície, e respetivas condições, e de celebração de contrato promessa com a Associação BLC 3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, que foi aprovado por maioria com três votos contra e duas abstenções.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte declaração de voto:

“O meu voto contra vai exatamente neste sentido: No sentido desta cedência e nas questões que eu coloquei acerca desta cedência e não da boa vontade da BLC3 ir lá fazer as obras ou não fazer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A minha questão é que eu considero que, na realidade, estas cláusulas constantes neste contrato de cedência são pouca coisa.

Como o João Dinis diz, e bem, custa-me concordar com ele mas às vezes tem que ser, e também não morre ninguém por isso, é que isto está mais para ficar complicado do que para estes projetos, tendo em conta que toda a gente se queija que o QREN está fechado e que os QREN's estão esgotados, e isto está mais para não se concretizar do que para se concretizar.

Eu não estou aqui a agoirar nada. Espero que isto tudo tenha sucesso porque é importante diminuir o desemprego e contribuir para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho. Só que os ventos que se avizinham não são dos melhores.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Está votado. Eu só diria para descargo de consciência que ofereci quatrocentos e cinquenta mil euros no tempo do anterior executivo e não mo entregaram. Já disse aqui duas vezes que se me quiserem entregar por cento e cinquenta mil euros eu ainda dou mais qualquer coisa. Portanto fica esse descanso para quem votou favoravelmente. Se a Câmara quiser entregar pelo preço que comprou e com mais alguma coisa eu compro em qualquer tempo. Por aquele preço eu não tenho dúvidas. Se a Câmara comprou bem, por aquele preço é sempre um bom investimento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque não fui esclarecido e considero ilegítima a forma como se argumenta.

Porque se questiona e se pedem esclarecimentos é porque se está contra o desenvolvimento! Isto é ilegítimo! Isto é chantagem!

Não vale a pena irem por aí! O que o João Dinis quer é que não se faça! Temos ali um problema e agora arranjamos dois ou três!

Eu continuo a dizer que o interesse público não está a ser devidamente acautelado.

Eu não fui esclarecido. Pelo contrário ainda fiquei mais preocupado. Se há projetos que já foram aprovados é porque há direito de titularidade. Porque se não, não foram aprovados. Porque o argumento para que seja aprovado, para que se faça isto hoje aqui é que é necessário o direito de titularidade. Foi o que foi dito aqui!

Se está aprovado não foi preciso o direito de titularidade? Ou foi? Se foi, está resolvido!

Eu detesto muito ter razão à posteriori. Sinceramente é das coisas que mais me chateia e nisto da Acibeira... Quinhentos mil contos! Dois milhões e meio de euros! Do nosso dinheiro que foi para aquele “elefante branco”. E poderia ser em Lagares ou noutro lado qualquer e se fosse em Vila Franca continuava a ser um “elefante branco”.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raul Dinis Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Eu votei favoravelmente porque sou parte interessada na resolução do problema naquele espaço e também porque há anos que ando aqui a falar naquele espaço. Com certeza que se alguns dos Senhores tivesse um espaço daqueles numa Freguesia de que fosse responsável gostaria que ele fosse resolvido.

O problema que se põe aqui é um problema legal: Foram feitas candidaturas e foram aprovadas condicionadas com a apresentação da titularidade.

Penso que aquele espaço deve ser requalificado e devemos ficar satisfeitos e lamento que haja alguém que vote contra a requalificação daquele espaço. Mas cada um está no seu direito e eu entendo perfeitamente. Eu acho que as pessoas devem fazer aquilo que lhes vai na consciência.

Queria também dizer que estou satisfeito por mais este passo que se vai dar em frente para a recuperação daquele espaço porque eu já disse aqui nesta Assembleia que era preferível tirarem aquilo daquele território por causa da maneira como está. Aquele espaço não dignifica o Concelho, não dignifica Lagares.

Penso que desta forma se possa avançar no sentido de termos ali um espaço que além da sua produção vai também criar postos de trabalho, e com certeza que é essa a intenção. Todos os passos que se derem nesse sentido eu acho que são benfeitos e a Câmara está a contribuir para que aquilo deixe de ser um “elefante branco”.

Entrou-se, depois, no Ponto V - Designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica, nos termos do nº 3, artigo 10º, das Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo Jovem.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão do Orçamento Participativo Jovem, eu li a documentação que foi enviada e o grande desígnio aparece no preâmbulo e diz: “O Município de Oliveira do Hospital pretende com a implementação do Orçamento Participativo Jovem, contribuir para um modelo de governação mais dinâmico assegurando a abertura, a participação e a igualdade.”

Entende-se que há aqui uma preocupação do Executivo Municipal no sentido de criar a Comissão de Análise Técnica.

Obviamente que quando há mais pessoas a pensar na elaboração do Orçamento, e pessoas que, penso eu, deverão ser pessoas qualificadas.

Este Orçamento sairá mais enriquecido quando houver a participação de mais pessoas.

A Câmara pede à Assembleia Municipal a designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica em causa.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entendo, sem ter falado com a pessoa em causa, que será uma boa proposta apresentar a Arq^a. Élia Feiteira por ser uma pessoa jovem.

Acho que os jovens têm que ter cada vez mais participação nestas coisas porque têm espírito crítico, têm juventude, têm alegria, têm uma forma de ver um bocadinho diferente daqueles mais idosos e, por isso, penso que deverá ser uma pessoa jovem.

A Arq^a. Élia Feiteira é uma brilhante docente da Universidade de Aveiro. É uma Deputada Municipal interventiva nestas Sessões por isso entendo que tem todos os requisitos para poder ser designada por esta Assembleia como a pessoa que poderá e deverá integrar a Comissão de Análise Técnica. Esta é a minha proposta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de congratular-me, eu ainda não tinha tido oportunidade de falar sobre este Orçamento Participativo Jovem mas parece-me que isto decorre também de algo que foi iniciado no anterior mandato liderado pelo Prof. Mário Alves, que foi a criação do Conselho Municipal da Juventude. Acho que isto vem também dar mais alguma consciência a esse órgão.

Eu participei, na altura, enquanto líder da JSD juntamente com Francisco Garcia da JS, na fundação desse órgão e acho que isto vem exatamente de encontro também a alguns objetivos desse órgão que passava por ser só um órgão consultivo mas isto agora vem de encontro a uma atitude mais participativa e reivindicativa que os jovens têm de participar no orçamento e por isso dar os parabéns.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Subentendo que não há mais nenhuma proposta e diz o regimento que quando se trata de votação nominal essa votação tem de ser feita por voto secreto e por isso passávamos à votação”

De seguida foi colocada à votação o Ponto V - Designação da Arqt.^a Élia Sofia Duarte Feiteira para integrar a Comissão de Análise Técnica, nos termos do n.º 3, artigo 10.º, das Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo Jovem, que foi aprovado por maioria, com dois votos contra e cinco abstenções.

Entrou-se, depois, no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Geral de Taxas Municipais”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Eu vou só fazer um breve enquadramento. Dizer em primeiro lugar que os Regulamentos que a Assembleia hoje vai apreciar e aprovar, ou não, têm a ver com um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho que foi solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara no âmbito da iniciativa Licenciamento Zero.

Como estão recordados na Sessão passada já aprovamos alguns Regulamentos.

Terminou muito recentemente a apreciação pública destes Regulamentos que hoje estão a ser discutidos.

Estes Regulamentos foram aprovados hoje na Câmara e não foram objeto de qualquer alteração.

Durante o período de apreciação pública, tirando o Regulamento das Feiras e no ponto próprio vou dar conta da opinião externa durante o período de apreciação pública, não houve mais considerações.

Também queria deixar já uma nota de agradecimento. É público que uma das minhas tarefas foi a coordenação deste processo de revisão regulamentar do Município de Oliveira do Hospital. Não o fiz sozinho e também é justo que aqui teça um agradecimento às pessoas que comigo trabalharam, nomeadamente a Dra. Ângela Marques, Dra. Ana Esteves, Dra. Isabel Antunes, Dr. João Mendes, Eng.º Durães, Arq.º Leitão, Eng.º Sérgio Cruz, Eng.º José Carlos Marques, julgo que não me estou a esquecer de ninguém, para que nós tivéssemos chegado a esta fase. A maior parte dos Municípios ainda não tem estas tarefas concluídas. Nós estamos dentro do prazo que seria expectável para colocar tudo isto a funcionar.

Fizemos o trabalho internamente com uma equipa multidisciplinar. Correu bem. Conseguimos atingir os nossos objetivos e poupamos uma quantia significativa caso este trabalho fosse feito externamente.

Falta a alteração e revisão do Regulamento de Controlo Interno que é bastante importante também embora não esteja subjacente à iniciativa Licenciamento Zero.

Em relação ao Regulamento Geral de Taxas, dizer que a estrutura se manteve em relação àquilo que existia anteriormente, ou seja, temos o pagamento em dois momentos e foi algo que foi introduzido de novo no Município de Oliveira do Hospital mas que tem vindo a resultar bem, ou seja, temos o pagamento pela apreciação e depois o pagamento pelo deferimento e isso de facto tem vindo a correr bem e a esse nível manteve-se a estrutura.

Em termos de valores não houve aumentos. Existiram só arredondamentos ligeiros de cêntimos. Se compararam os valores são os que eram praticados.

Não houve aqui, tirando o aspeto dos ossários em que havia um erro de interpretação na tabela anterior, nenhum aumento de valores, ou seja, os valores que vão ser praticados com esta tabela são os que eram praticados na tabela anterior.

Foi atualizada a fundamentação económico-financeira que a lei determina para a fixação das taxas com dados mais recentes e como é lógico esses dados evoluíram no sentido positivo, ou seja, no sentido crescente e portanto tivemos que aumentar a percentagem dos incentivos para que os valores finais apresentados fossem os mesmos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há a introdução de novas taxas que advêm da iniciativa Licenciamento Zero e que vêm substituir outras que, eventualmente, eram praticadas pelos mesmos atos ou atos equivalentes. De qualquer das formas houve essa perspetiva que está subjacente e a Assembleia Municipal se decidir aprovar este Regulamento não está a aumentar ou onerar os munícipes nos pagamentos dos serviços que a Câmara presta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“A complexidade e a dificuldade de me pronunciar sobre isto leva-me até a pensar no que é que vai acontecer nas próximas Assembleias se for para a frente os projetos de lei em relação à composição dos futuros executivos municipais e depois as Assembleias Municipais é que fiscalizam.

Quando se vê e se começa a ler todas estas páginas a gente desiste. Isto é impossível! Eu não tenho nenhuma capacidade de me pronunciar sobre isto.

Isto é um monumento à burocracia mais infernal que se possa imaginar. Eu sei que tem de haver o Regulamento e que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital decerto que não tem culpa mas isto não deixa de ser um monumento à burocracia. Intragável! Isto é mesmo para ninguém saber quanto é que vai pagar de taxa e porque é que as paga.

Isto é duro de reconhecer, mas eu manifesto a minha impotência para chegar aqui com uma coisa destas e poder opinar.

A questão sacramental que eu posso fazer é esta: Há, ou não há, novas taxas aqui previstas?

Este trabalho todo e não há novas taxas aqui previstas! Não acredito!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O Dr. Paulo Rocha já me facilitou a vida porque só quero intervir neste ponto mas em relação a todos os Regulamentos.

Em primeiro lugar queria felicitar toda a equipa que os elaborou pelo trabalho desenvolvido e também a Câmara que conseguiram fazer um trabalho, que pelos vistos, e eu já tinha conhecimento disso, as outras Câmara não o fizeram.

Também já foi referida a atualização das taxas ao momento económico que vivemos.

O Deputado João Dinis referiu que há mais taxas mas não há acréscimo. Numa situação em que tudo aumenta e que todos os dias temos novos impostos é louvável o esforço que a Câmara está aqui a fazer para todos os Oliveirenses com este Regulamento das Taxas Municipais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção vem no seguimento do que o Eng.º Carlos Inácio agora referiu.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu penso que nós normalmente temos a considerar mais a obra física mas o imaterial também tem muita relevância até porque é mais trabalhoso, mais difícil mas, às vezes o mais importante, e não obstante daquilo que disse o João Dinis, nós assistimos aqui a um trabalho fantástico da parte de toda esta equipa na reformulação de todos estes regulamentos. Isto tem que ser levado a crédito das pessoas que fizeram estes Regulamentos, eventualmente a partir de outros mas hoje em dia também ninguém cria nada de novo, mas isto tem que ser levado a crédito da Câmara Municipal.

Como sabem tudo isto começou com as alterações legislativas, quer o Licenciamento Zero com o anterior Governo, com a automatização dos atos, registo e transparência nos atos administrativos e continuou com o atual Governo noutra legislação mais recente e que obrigou as Câmaras Municipais a adaptar a nova legislação.

Eventualmente o Deputado João Dinis terá alguma razão mas não há aqui alternativa a toda esta burocracia.

Isto é um edifício legislativo regulamentar e importantíssimo em novo neste Concelho e que dá estabilidade às relações entre o administrado e a Câmara e que era essencial, nomeadamente aos Arquitetos, aos Engenheiros, aos Advogados mas também aos proprietários, aos arrendatários de estabelecimentos comerciais, etc.

Como sabem, esta regulamentação aplica-se a vários setores de atividade, vendedores ambulantes, táxis, utilização dos serviços dos estabelecimentos públicos. Eu recorro que nós já aprovamos aqui o Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, Regulamento de Ocupação dos Espaços Públicos, Regulamento sobre o Exercício de Atividades Diversas e hoje vamos aqui aprovar, ou não, como também já foi dito, o Regulamento Geral das Taxas Municipais.

Este é um dos Regulamentos, e eu diria, o mais importante de todos porque estabelece o regime de taxação de parte do Município da prática da prestação dos serviços de utilização dos bens do domínio público.

Se repararem o artigo 8º tem inúmeras isenções. Este Regulamento não é um Regulamento tão abrangente devido às isenções mas, são justificáveis.

O que eu queria aqui dizer essencialmente é que é todo um edifício legislativo regulamentar que fica feito e que é importantíssimo nomeadamente para o próximo mandato. Porque nós hoje em dia não sabemos qual a lei que nos movemos nesta matéria. Eu próprio trabalhei nisto nos últimos sete ou oito anos e sei que há um desfasamento muito grande entre as legislações do Governo, do Estado Central e as legislações locais.

Sugeria ao Executivo que fosse criado posteriormente, depois de aprovados e publicados todos estes Regulamentos, um caderno ou um livro onde esteja englobada toda esta regulamentação e que fosse distribuída, eventualmente por contrapartida de algum preço de custo, diretamente aos interessados, nomeadamente Arquitetos, Advogados, Engenheiros, Juntas de Freguesia e até aos membros desta Assembleia Municipal para podermos conhecer regulamentação que agora vai ser aqui aprovada e até para podermos, na parte das sanções, conhecer as consequências do não cumprimento de todos estes Regulamentos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Eu estive a ler com bastante atenção estes Regulamentos. Na minha opinião foram feitos com muita ponderação. Há aqui muita técnica nestes Regulamentos. Eu tenho um bocadinho de conhecimento acerca do Código Civil, Lei Geral Tributária e afins e socorri-me desses documentos para analisar certas e determinadas prerrogativas que estão aqui no Regulamento e achei que é um Regulamento muito bem feito e dou os parabéns à equipe que esteve a fazer este Regulamento porque se nota que é um Regulamento que fica para o futuro e está muito bem feito.

No entanto, eu tinha aqui um reparo, há sempre um se não. No pagamento em prestações, no artigo 17º, refere como é que é feito o pagamento em prestações. Quanto a mim só peca no nº5 do artigo 17º porque não refere o número mínimo da prestação mensal. O Regulamento refere que o número de prestações é decidido pela Câmara e com certeza a Câmara vai ter em atenção a situação social e económica da pessoa que pede o pagamento em prestações mas a meu ver acho que devia haver aqui uma prestação mínima para pagamento mensal. Tirando isso, concordo plenamente com o Regulamento na sua generalidade e acho que está muito bem feito.”

Colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Geral de Taxas Municipais”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação do Município de Oliveira do Hospital”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação é alterado por força da iniciativa do Licenciamento Zero e também se fez uma atualização por força do Decreto-Lei 26/2010 de 30 de março que ainda não tinha sido refletida no nosso Regulamento Municipal.

Todos sabemos que os regulamentos não se sobrepõem à lei, o nosso não refletia aquilo que disponha o Decreto-Lei 26/2010 mas é lógico que era observado o que estava do Decreto-Lei.

Nesta matéria em particular embora o Vereador, isto não tem nada a ver com a relação de amizade que nos une, tem a ver com o reconhecimento que deve ser feito com o Sr. Vereador que está aqui presente que também foi parte envolvida na equipa, a meu pedido, dada a sua experiência autárquica e nomeadamente nesta matéria de urbanização e edificação, que é o Prof. Mário Alves, que deu o seu contributo para que de facto nós conseguíssemos refletir aquilo que a lei determina mas aquilo também que a experiência na gestão destes processos vai aconselhando.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu vou ser honesto, urbanização e edificação nunca foi um pelouro que me tivesse sido atribuído. Não é uma área em que eu esteja à vontade. Aquilo que eu vos posso dizer é que foi vertido de acordo com o que a lei dispõe. Não houve, de facto, nenhuma tentativa de ultrapassar isso nem o podíamos fazer. Junto ao que foi a experiência que o Prof. Mário Alves tem na análise de muitos processos que já lhe passaram pelas mãos e que de facto também nos honrou com o seu contributo.

De referir nesta matéria que o próximo Executivo e a próxima Assembleia vão voltar a pegar neste Regulamento porque não estão aqui vertidas algumas das alterações que vão ser consequência da aprovação do novo PDM. Como o PDM não está em vigor nós não podíamos fazer refletir no Regulamento algo que ainda não está aprovado e que se espera que seja aprovado a curto prazo. Também tenho que reconhecer o papel que a Arq^a. Alexandra do Gabinete de Revisão do PDM desempenhou neste processo que atentamente analisou o Regulamento e o comparou com aquilo que estaria vertido no PDM e fez uma informação com aquilo que seriam as alterações. Como é lógico serão analisadas numa próxima alteração ao Regulamento.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação do Município de Oliveira do Hospital”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este nem é um Regulamento muito antigo na Câmara. Tinha sido feito um regulamento novo a quando da criação do novo espaço da feira no entanto existiu aqui uma alteração que nos obrigou, também por força da lei 48/2011e da lei 27/2013 de 12 de abril, alterar este Regulamento. Antigamente havia um cartão de feirante por Município. Cada Município emitia o seu cartão de feirante. Agora há um título de exercício de atividade nacional, ou seja, não é ao Município que compete decidir se a pessoa vai ser feirante ou não. Compete ao Município depois saber se ele tem espaço no recinto que nós temos para exercer a atividade e, portanto, deixa de existir um cartão por Concelho. As pessoas podem exercer a atividade a partir do momento que tenham o título e há aqui uma virtuosidade que se estende também à venda ambulante que é que qualquer cidadão do espaço europeu poder exercer essa atividade.

Este Regulamento foi objeto de um parecer da Associação de Feirantes já depois do período de apreciação pública que dava parecer negativo ao Regulamento. Na opinião da Associação de Feirantes, que foi recebida já fora de prazo mas mandam as regras da transparência, diziam que no caso das dívidas em mora que os processos não deveriam ir para execução fiscal, ou seja, as pessoas pagavam juros de mora e a situação ficava resolvida.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como é lógico nós não podemos fazer uma coisa dessas porque a lei assim o determina e por isso temos de cumprir.

Foi a única entidade que se pronunciou mas foi fora de tempo da apreciação pública e também foi descontextualizada em relação àquilo que é sua opinião sobre esta matéria.

Este Regulamento é de mais simples leitura do que os antecedentes e é uma matéria que já estava regulada no anterior Regulamento que o fazia de forma atualizada porque era de dois mil e nove.”

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos Privados”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este Regulamento engloba matérias que já estavam no Regulamento de Atividades Diversas que nós decidimos retirar de lá. Tinha ficado aqui um vazio.

Esta matéria dada a localização e as características naturais do Concelho entendíamos que deveríamos ter um Regulamento próprio para uso do fogo.

Este Regulamento não é novo, já outros Municípios no País fizeram o mesmo.

Este Regulamento foi apresentado na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tem por base também o trabalho do Eng.º José Carlos Marques que é o Técnico da Câmara nesta área e também é Comandante Municipal e tivemos, já depois da Comissão que teve oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo, o contributo do Mestre Florestal que faz a fiscalização aqui no Concelho que também contribuiu na realização deste Regulamento fruto da sua experiência nesta matéria.

Deixámos de ter a parte das queimadas tratadas no Regulamento das Atividades Diversas e passámos a ter um Regulamento de Uso do Fogo a que se juntou esta questão da limpeza dos terrenos privados.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º José Vasco do Amaral Antunes Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria congratular a Câmara Municipal por esta iniciativa e deixar muito brevemente aqui uma nota que acho que é de realçar.

O artigo 14º tem aqui um ponto, o ponto dois do artigo 14º, que é inovador, se não único, é raro a nível nacional alguma Câmara Municipal ter um ponto como este e eu não tenho dúvidas que a legislação nacional, que não prevê este tipo de situação, vai evoluir neste sentido.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este Regulamento como já foi aqui dito pelo Dr. Paulo Rocha foi discutido em Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios onde eu também faço parte e esta proposta foi uma proposta feita por mim e a maioria ou totalidade da Comissão aceitaram e eu também não posso deixar de me congratular por ela ter sido aceite. Basicamente o que diz a proposta é o que está aqui no nº 2 do artigo 14º: *“Durante o período crítico, e nos dias em que a Autoridade Nacional de Proteção Civil defina como Alerta Amarelo ou Superior, com um previsível aumentos do valores dos índices de perigosidade de incêndio florestal, devido às previsões meteorológicas adversas, tais como, diminuição da humidade relativa do ar, aumento da velocidade do vento e elevados valores de temperatura máxima, é proibida a utilização de toda e qualquer maquinaria em ações que se prendam com trabalhos de natureza florestal.”*. Isto é absolutamente inovador.

Eu só queria lembrar, para quem não está dentro destes assuntos, que a maior parte dos incêndios são provocados por dolo e negligência.

Grande parte destes incêndios por negligência são provocados com o uso de maquinaria.

Eu lembro que o incêndio que houve o ano passado em Côja foi provocado por uma motosserra. As moto roçadoras e outras maquinarias com facilidade iniciam incêndios e é nestes dias de risco máximo em que as humidades estão muito baixas e as temperaturas estão muito altas que facilmente se inicia um incêndio.

Há muito operador florestal que não tem capacidade para perceber isto e que não para os trabalhos nesses dias de risco máximo.

Este ponto vai obrigar que estes trabalhos parem.

Eu sei que isto não vai ser de um dia para o outro, vai demorar mas é um sinal claro de que a Câmara Municipal, a Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios e até a própria Assembleia Municipal ao aprovar este Regulamento é um sinal que vai dar para que haja mais cuidado e para que nestes dias de risco máximo os trabalhos florestais parem.

Eu só queria realçar isto e mais uma vez congratular-me por este Regulamento estar aqui para ser votado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Só venho propor a alteração de um nome que eu acho que não está muito bem-posto. No nº2 do artigo 6º diz assim *“O índice de risco temporal de incêndio florestal e respetiva cartografia são elaborados pelo Instituto de Meteorologia...”*”.

Eu acho que isto não é assim. Hoje já não se designa Instituto de Meteorologia. É o Instituto Português do Mar e da Atmosfera.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Regulamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A dialética do processo entre ter e não ter Regulamento. Que Regulamento ter ou que Regulamento não ter. Não é fácil até porque há um acumular de legislação sobre isto. Há pressões sobre a opinião pública. Há consequências depois que acontecem por negligência e há sempre a tendência para ir além do Regulamento.

Por exemplo, o pedido de licenciamento para queimadas, no artigo 16º. É preciso num pedido de licenciamento introduzir doze elementos quando se faz um pedido de licenciamento para uma queimada. Doze elementos!

Isto é o cúmulo da burocracia! Isto são Regulamentos para não serem cumpridos. Ou então as pessoas fazem queimadas e não licenciam! Introduzir doze elementos! Mas nós temos a consciência do que é a nossa realidade!

E, pior! Limpeza dos terrenos. Mas que bom que seria se isto algum dia fosse aplicado.

Quem é o proprietário dos terrenos que estão por limpar e cheios de silvas que vai ser notificado?

Quem é o proprietário? É para aí o meu bisavô! Ainda está em nome dele!

Quem é o herdeiro ou cabeça de casal que depois vai pagar a coima?

Isto é para não ser cumprido!

O que não quer dizer que não haja problemas sérios com este assunto, porque há!

Agora, eu acho é que a gente fica com os Regulamentos todos satisfeitos e a seguir não vão ser cumpridos porque estão desadequados à realidade que ultrapassa e que se vai sobrepor e que não é passível de ser resolvida com voluntarismos. Nem por decreto!

Nós não mandamos as pessoas nas nossas aldeias por decreto para limparem as silvas, para limparem as linhas de água.

Agora até é necessário provar em rios navegáveis ou rios suscetíveis de vir a ser navegáveis, portanto naqueles em que vão fazer as mini-hídricas e as hídricas, os Complexos Turísticos, como aquele ali na Aguieira, vai ser necessário provar o proprietário na faixa de cinquenta metros contígua ao rio, por a Lei Régia do tempo do D. Luís ou do D. Carlos. E eu quero saber quem é que vai alguma vez fazer prova disso?

Aqui se exige na denúncia que tenha que ter identificação completa.

A denúncia anónima pode parecer esquisita mas é legítima e é admissível no nosso sistema por medo de represálias. O denunciante, salvo raras exceções, e normalmente são pessoas com o espírito um bocado torcido, não está à vontade para ir denunciar um vizinho.

A denúncia anónima dá algum conforto. Já não digo, protege. Porque nalguns sítios sujeitam-se! Se sabem quem é o denunciante sujeitam-se mesmo! Depende de quem ele for denunciar. Mas dá algum conforto. E no nosso edifício jurídico é legítimo. Ainda agora no caso de Portimão houve denúncias anónimas.

Eu acho que a denúncia anónima devia ser considerada.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu referia-me aqui concretamente ao artigo 26º e a minha intervenção vai um pouco de encontro com aquilo que o João Dinis acabou de dizer na denúncia de falta de limpeza de terrenos. O que o João Dinis acabou de dizer é verdade e faz todo o sentido. Isto realmente é um processo burocrático que não está propriamente ao alcance de todos ou pelo menos da grande maioria das pessoas.

Essa questão da denúncia onde é necessário a pessoa identificar-se e apresentar todos os elementos relativamente ao vizinho é complicado.

Há também aqui elementos que eu não percebo: “*Fotocópia simples da Caderneta Predial*”.

De quê?

Do terreno do prevaricador?

Como é que a pessoa que vai denunciar vai arranjar uma fotocópia simples da Caderneta Predial?

Como é que ainda vai arranjar uma planta de localização do terreno a limpar, preferencialmente em escala 1:10.000 ou 1:25.00?

Está bem! Pode vir à Câmara!

Ainda há dias mandei para aqui para a Câmara porque houve uma pessoa que foi à Junta de Freguesia e que me escreveu uma carta a denunciar determinada situação, que encaixa nisto, mas antes de ir à Junta foi às autoridades policiais. Sabem o que é que as autoridades policiais lhe disseram? Que não têm nada a ver com isso.

Sr. Presidente da Câmara diga ao Senhores das autoridades policiais que eles têm tudo a ver com isso! Que não mandem as pessoas embora para não se chatearem porque eles têm obrigações legais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Este é mais um daqueles Regulamentos que tecnicamente deve estar muito bem conseguido mas que vai mesmo ao pormenor até ao ponto de exigir que se licencie as fogueiras de Natal e dos Santos Populares com dez dias uteis de antecedência.

Eu por acaso andei ali no Regulamento de Taxas à procura de quanto é que custava licenciar. Não é específico. Não sei quanto custará. Por exemplo uma queimada custa cem euros.

Depois há aqui um outro pormenor que eu gostava de referenciar que é o artigo 32º.

Eu acho que não deveria cair sobre os ombros de um Presidente da Câmara a decisão sobre a instrução dos processos de contraordenação. Acho que deveria competir à Comissão de Proteção dos Incêndios. Considero que politicamente o Sr. Presidente pode ser prejudicado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As pessoas podem dizer “*Olha multou-me ou não me perdoou e eu sou do partido b ou do partido a*”. O Senhor sabe que muitas vezes essas leituras são feitas de forma infundada. O Senhor tem que fazer cumprir a lei no entanto este pode ser mais um dos temas a levar nas quartas-feiras e por isso eu acho que esta decisão não deveria cair em cima do Presidente da Câmara.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Dentro daquilo que me será possível responder e em relação à questão das denúncias nomeadamente no que se refere à documentação necessária é dito que será apresentada sempre que for possível e o Sr. Presidente da Câmara também não pode negar seguimento a uma denúncia anónima. Já não o faz hoje noutras matérias.

Há aqui outra questão que poderia ser o Sr. Presidente da Câmara a informar e acho que o Sr. Eng.º José Vasco tem conhecimento disto. A Câmara quer criar uma equipa com coordenação do Comandante Operacional Municipal que vai identificando junto das localidades os terrenos que precisam de limpeza.

Isto não é só fazer o Regulamento, depois como diz o Deputado João Dinis e muito bem, ele deve ser posto em prática. Aqui o Sr. Presidente já se tinha antecipado e aliás eu julgo que já tinha dado conhecimento disto numa Sessão da Assembleia Municipal de querer constituir uma equipa que ande no terreno, porque também sabemos que as autoridades são em número reduzido e o Concelho ainda é grande e eles não têm só o Concelho de Oliveira do Hospital, que vá verificando estas situações.

Em relação à questão que o Sr. Deputado João Esteves colocou eu julgo que ela é pertinente até porque no nº 1 e no nº 3 a designação já é a correta e isso foi um lapso pelo qual eu peço desculpa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero acrescentar que a equipe que vai identificando junto das localidades os terrenos que precisam de limpeza neste momento já está devidamente constituída e como está numa fase experimental escolhemos uma Freguesia que apresenta um nível de risco muito elevado para lançarmos este projeto pioneiro no Concelho. A Freguesia que foi escolhida foi a de Aldeias das Dez devido às suas características e pelos riscos que apresenta. Esta escolha foi feita na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e foi aprovada por todos para depois partirmos com este projeto para todas as Freguesias.

Esta equipa faz inicialmente um trabalho de prevenção e identificação sem que haja aplicação de coimas. Depois noutras fases e se não se conseguir resolver o problema então aplicaremos os respetivos processos de contraordenação.”

Colocado à votação o Ponto IX -Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos Privados”, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Entrou-se, depois, no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Venda Ambulante e de Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de Caráter não Sedentário”.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Este Regulamento vem na senda da iniciativa Licenciamento Zero. Em relação à Venda Ambulante a grande alteração foi aquela que eu já referi também no Regulamento de Funcionamento das Feiras Municipais: O título para exercício da atividade e não um cartão de vendedor por concelho e a possibilidade de no espaço europeu poder ser feito este exercício da atividade económica com o título.

Nós agregámos a isto algo que tinha ficado de fora do Regulamento do Exercício de Atividades Diversas que tinha a ver com a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, vulgo rulotes, porque isto ficava aqui no vazio e nós apercebemo-nos que foram retiradas no âmbito do Exercício de Atividades Diversas e ficavam sem legislação. Como devem imaginar ia criar à Câmara alguns problemas e por isso juntaram-se aqui neste Regulamento. Nós sabemos que não é fácil lidar com as pessoas que têm este tipo de atividade porque normalmente querem instalar-se nos sítios onde há movimento e muitas vezes fazem alguma concorrência aos estabelecimentos fixos. O que se fez foi criar aqui umas regras para que as pessoas soubessem o que é que a Câmara e a Assembleia pretendem nesta matéria para o Concelho de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui o problema continua. Eu acho que à medida que se vai refletindo sobre isto até aumentam as dificuldades.

Comunicação Prévia – Serviços de Restauração ou Bebidas de Caráter Não Sedentário. Para se fazer uma comunicação prévia é necessário juntar oito elementos a acompanhar!

Nós já aprovámos aqui vários Regulamentos. Os artigos e as alíneas de todos eles dão umas centenas.

Quantos funcionários municipais há para aplicar estes Regulamentos?

Quantos funcionários municipais há com capacidade para os interpretar?

Quantas assinaturas vai ter que fazer o Presidente da Câmara, ou quem ele delegar, para tratar de coimas, contraordenações, etc.?

A questão é sempre esta! A dialética entre o Regulamento e aquilo que nós excedemos em relação ao próprio Regulamento. Não adianta ter Regulamentos que depois não vão ser cumpridos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Só a título de justificação, dizer que é compreensível a posição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, mas isto decorre da lei e nós não podemos fazer outra coisa se não cumprir a lei.

Dizer também que estão prontos a disponibilizar os serviços *on line* da Câmara.

O objetivo da regulamentação, embora não seja essa a leitura que as pessoas estão a fazer, é disponibilizar *on line* estes serviços, de uma forma gradual e faseada, que irão simplificar a vida às pessoas.

Agora há uma coisa que nós não nos podemos esquecer: É que temos de regular a vida em sociedade. Isso não podemos deixar de fazer!”

Colocado à votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta do “Regulamento Municipal de Venda Ambulante e de Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de Caráter não Sedentário”, que foi aprovado por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto XI - Declaração da assunção de compromisso quanto ao caráter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo Jorge Gonçalves Rocha, que fez o seguinte esclarecimento:

“Acho que foi distribuída pelos Srs. Deputados uma folha no início quando aprovaram a inclusão deste Ponto na Ordem de Trabalhos.

Este ponto está relacionado com uma candidatura que nós apresentámos, no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa. Não foi aprovada por falta de dotação orçamental, o que significa que nós temos até amanhã para reformular e reapresentar. Aquilo que se solicita à Assembleia no fundo é a renovação da deliberação que já fez no passado, de assumir o compromisso firme quanto ao caráter estratégico do projeto proposto no Novo Modelo de Atendimento - A Implementação de um Atendimento Multicanal e à probabilidade da respetiva implementação reconhecendo que assuma um caráter estratégico sendo decisivo para a melhoria e a eficiência da qualidades dos serviços prestados pelo Município de Oliveira do Hospital às empresas e aos cidadãos, contribuindo deste modo para os esforços de modernização administrativa em curso, em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio e assuma um caráter prioritário, no sentido em que a implementação tem primazia em relação a outros eventuais projetos ou necessidades de investimento do Município de Oliveira do Hospital e pode ser concretizada no prazo máximo de vinte e quatro meses após a contratualização do financiamento.

Isto é uma declaração que tem de acompanhar a candidatura.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo intervenções relativas a este ponto, foi de imediato colocada à votação o Ponto XI - Declaração da assunção de compromisso quanto ao caráter estratégico e à prioridade da implementação do projeto “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”, candidatado ao Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Volto a lembrar os Senhores Deputados que é necessário assinar os documentos.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e dezassete minutos do dia vinte e oito de junho, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____